



RECOMENDAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

ORGANIZADORES

**Ricardo Catunda
Sergio Kudsi Sartori
Elisabete Laurindo**

**Sistema CONFEEF/CREFs
Conselhos Federal e Regionais de
EDUCAÇÃO FÍSICA**

RECOMENDAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O presente documento foi desenvolvido numa proposta democrática e se constitui em um instrumento norteador para a intervenção profissional responsável e qualificada no ambiente escolar

ORGANIZADORES

Antonio Ricardo Catunda de Oliveira
Sergio Kudsi Sartori
Elisabete Laurindo

RECOMENDAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

2014



Sistema CONFED/CREFs
Conselhos Federal e Regionais de
Educação Física

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF

Diretoria

Jorge Steinhilber - Presidente
João Batista Andreotti Gomes Tojal - 1º Vice Presidente
Marino Tessari - 2º Vice Presidente
Almir Adolfo Gruhn - 1º Secretário
Iguatemy Maria de Lucena Martins - 2º Secretário
Sergio Kudsi Sartori - 1º Tesoureiro
Marcelo Ferreira Miranda - 2º Tesoureiro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – CEFE

Ricardo Catunda – Presidente
Jeane Arlete Marques Cazelato – Secretária
Elisabete Laurindo
Janine Aparecida Viniski
Lucio Rogério Gomes dos Santos
Antônio Pádua Muniz Soares
Sergio Kudsi Sartori
Teófilo Jacir de Faria

ORGANIZADORES

Antonio Ricardo Catunda de Oliveira – Ensino Superior
Sergio Kudsi Sartori – Educação Básica
Elisabete Laurindo – Gestão Pública

COLABORADORES

Adilson Passos da Costa Marques – Universidade de Lisboa
Edeilson de Souza – Secretaria Municipal de Educação de Itajaí
Iguatemy Maria de Lucena Martins – Conselheira Federal
Janine Aparecida Viniski – Conselheira Federal
Jeane Arlete Cazelato – Conselheira Federal
João Batista Andreotti Gomes Tojal – Conselheiro Federal
Jorge Steinhilber – Presidente CONFEF
Lúcio Rogério Gomes dos Santos – Conselheiro Federal
Valéria Sales dos Santos e Silva – Conselheira Federal

Sumário

Apresentação	9
Introdução	13
Capítulo I Educação Física Escolar: definições, procedimentos e desafios	17
1.1 Educação Física Escolar	17
1.2 Objetivos da Educação Física Escolar	18
1.3 A prática da Educação Física Escolar	19
1.4 Atribuições do professor	21
1.5 Obrigatoriedade da Educação Física Escolar	22
1.6 Motivos que justificam a prática da Educação Física como componente curricular	23
1.7 Sessões recomendadas para a Educação Física Escolar	24
1.8 Conteúdos de ensino da Educação Física Escolar	25
1.8.1 Em relação ao esporte	26
1.8.2 Em relação aos jogos e brincadeiras	27
1.8.3 Em relação à ginástica	27
1.8.4 Em relação à dança	28
1.8.5 Em relação às lutas	28
1.8.6 Em relação à saúde	29
Capítulo II Especificidade de intervenção na escola	31
2.1 Educação Física como componente curricular promotor do desenvolvimento cognitivo	31
2.2 A Educação Física como componente curricular na promoção da alfabetização motora	32
2.3 Educação Física como componente curricular promotor da saúde	34
2.4 Educação Física como componente curricular promotor das atividades físicas e esportivas	35
Capítulo III Principais aspectos normatizadores	37
3.1 Regulamentação da Profissão de Educação Física - lei 9696 de 1º de setembro de 1998	37
3.2 Lei de diretrizes e bases da educação nacional	37
3.3 Licenciaturas: resoluções cne/cp nº. 1/2002 e 2/2002	39
3.4 Políticas públicas de financiamento da educação básica	40
Capítulo IV Recomendações gerais	45
4.1 Recomendações sobre a responsabilidade docente	45
4.2 Recomendações para a aplicação do programa de conteúdos da Educação Física Escolar	47
4.3 Recomendações sobre o conjunto de conhecimentos do Professor de Educação Física Escolar e a qualidade das aulas ministradas	48
4.4 Recomendações para a educação e saúde na escola	49
4.5 Recomendações para a educação física escolar inclusiva	51
Considerações finais	52
Referências	55

APRESENTAÇÃO

Desde o advento do Sistema CONFEF/CREFs, uma das principais preocupações dos Conselheiros é com o desenvolvimento da Educação Física Escolar, muitas vezes negligenciada nas unidades escolares, outras vezes, negada aos alunos e ainda, sem o devido reconhecimento por parte das direções escolares, dos gestores educacionais e dos formuladores de políticas educacionais.

O Sistema CONFEF/CREFs, tem envidado esforços em cooperar na atualização dos professores, na elaboração e apresentação de projetos de lei que garantam o direito dos alunos às aulas ministradas por professores de Educação Física e sensibilizando gestores, quanto à relevância do componente curricular para a educação de qualidade e formação cidadã.

Os integrantes da Comissão de Educação Física Escolar do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, há algum tempo tem debatido em seminários, fóruns, congressos entre outros eventos, demandas diversas relacionadas à intervenção nesse campo de saber e, em conjunto com as respectivas Comissões dos Conselhos Regionais de Educação Física, identificaram a falta de um documento referencial que, desse conta, de maneira objetiva, das relações existentes entre as especificidades e as novas diretrizes que abrangem a área, culminando com a construção desse documento.

Os organizadores foram incansáveis, nas tarefas de pesquisas, nas análises de documentos e, nas diversas participações em eventos relacionados à Educação Física Escolar, impelindo o grupo à reflexão e ao compromisso no sentido de apresentar à sociedade este feito.

Trabalho corajoso, pois a educação, de modo geral, no Brasil, possui sérias lacunas quantitativas e qualitativas que impactam na Educação Física. Afinal, é ainda bastante comum se ver, gestores educacionais discriminando o referido componente curricular, na maioria dos casos por desconhecer suas possibilidades, justificando que este interfere na rotina e no ambiente escolar, ou, porque representa maior necessidade de investimentos na aquisição e manutenção de equipamentos e materiais pedagógicos.

A Educação Física escolar desempenha um papel único e insubstituível, atuando diretamente na corporeidade e no desenvolvimento motor das crianças e dos jovens. Além dessas especificidades, influencia também no desenvolvimento de habilidades e competências associadas às dimensões afetivas, sociais e cognitivas e ainda contribui no enfrentamento do crescente problema das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, que entre outros fatores, tem acometido a população em geral devido à inatividade física.

Recomendações Para a Educação Física Escolar

Este documento reforça que as aulas de Educação Física deverão estar sempre alinhadas às demandas da sociedade, sem, no entanto, negligenciar o compromisso na aprendizagem dos conteúdos específicos da área.

A responsabilidade pela implantação e desenvolvimento da Educação Física nas escolas não é tão somente do professor. É necessário que os diretores das escolas conheçam e percebam o valor do componente curricular Educação Física, e ainda, garantam a elaboração de programa de conteúdos constante nos projetos pedagógicos exigindo que sejam aplicados. Igualmente, que os gestores educacionais e os responsáveis pela elaboração de políticas educacionais, compreendam e insiram nos projetos e programas da Educação Física os conceitos atuais e fundamentais das referências apresentadas.

Desenvolvido numa proposta democrática o presente documento se constitui em um instrumento norteador para a intervenção profissional responsável e qualificada no ambiente escolar e alerta, para as consequências danosas, aos alunos, sobretudo em relação a ausência da Educação Física no currículo escolar.

O primeiro capítulo aborda a Educação Física Escolar, suas definições, procedimentos e desafios. Trata do marco conceitual e metodológico com a definição dos objetivos, aplicação prática, além de reiterar a atribuição dos professores. Também discute a obrigatoriedade da Educação Física Escolar, refletindo sobre os motivos que a justificam como componente curricular e seus desdobramentos. Ainda nesse capítulo se busca elencar os conteúdos de acordo com suas particularidades: esporte; jogos e brincadeiras; ginástica; dança; lutas e saúde, bem como sua relação no plano interdisciplinar e transdisciplinar.

O segundo capítulo enfoca as especificidades da intervenção na escola, relacionando a Educação Física como componente curricular promotor do desenvolvimento cognitivo; da alfabetização motora; da saúde e; das atividades físicas e esportivas. Além de destacar que o movimento é “produto” da Educação Física, sendo essencial para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor de forma inter-relacionada. Na sequência apresenta a importância da participação em atividades físicas e esportivas na infância como principal fator motivacional para a permanência de hábitos e atitudes saudáveis na vida adulta, promovendo assim, a qualidade de vida das pessoas.

O terceiro capítulo discute a Regulamentação da Profissão de Educação Física por meio da Lei 9.696 de 01 de setembro de 1998; a obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações; a reestruturação do curso de Licenciatura em Educação Física estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2001 e 2002. Alicerçada nas dimensões do saber ser, saber fazer e do saber ensinar, específicas da docência, da pesquisa e da prática pedagógica, fundamentadas num conjunto

de saberes, competências e atitudes que articulam as dimensões da formação e da intervenção profissional. Ainda neste capítulo traz informações acerca do financiamento público da Educação brasileira como forma de “garantir” a execução efetiva dos projetos educacionais por meio da transferência de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O quarto capítulo apresenta as Recomendações do Sistema CONFEF/CREFs, perpassando pela responsabilidade docente; a aplicação do programa de conteúdos da Educação Física, o conjunto de conhecimentos do Professor de Educação Física escolar e a qualidade das aulas ministradas; a educação e saúde na escola, abordando também a temática da Educação Física Inclusiva. Por fim, afirma nas Considerações Finais, o comprometimento dos profissionais e dos gestores públicos para consolidação da qualidade Educacional Brasileira.

Jorge Steinhilber CREF 000002-G/RJ

Presidente do Conselho Federal de Educação Física

RECOMENDAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

INTRODUÇÃO

A Educação Física como componente curricular obrigatório na Educação Básica constitui uma representação social das atividades físicas e desportivas, tendo um significado relevante na nossa sociedade. Porém, sua legitimidade e consolidação demandam esforço profissional e aplicação competente de conceitos, princípios, valores, atitudes e conhecimentos sobre o movimento humano na sua complexidade, nas dimensões biodinâmica, comportamental e sociocultural, alicerçada no conhecimento científico, na qualidade técnica, na ética, no compromisso dos docentes e no envolvimento com a comunidade escolar.

Inúmeros encontros, debates e documentos foram elaborados ao longo da sua história com o objetivo de conhecer, esclarecer o caráter educativo, incentivar a prática e divulgar uma Educação Física de qualidade. A Declaração de Madrid (1991), adotada pela Associação Europeia de Educação Física (EUPEA), no seu art. 1º, defendeu que não há Educação sem Educação Física e que os investimentos governamentais em saúde pública diminuam a cada aula de Educação Física ministrada.

O Documento “Uma Visão Global para a Educação Física na Escola”, apresentado no Fórum Mundial sobre Atividade Física e Esporte (1995), apresentou o impacto positivo da atividade física e do esporte no conhecimento e domínio cognitivo, afetivo e motor na vida de crianças e jovens como fatores relevantes para o desenvolvimento de um estilo de vida ativo, saudável e produtivo.

Essas manifestações elevaram a importância da Educação Física no Brasil, que aos poucos passou a ser reconhecida na sociedade, resultado de um longo processo de afirmação profissional iniciado na década de 1940, consolidado definitivamente com a conquista da Regulamentação da Profissão em 01 de setembro de 1998, por meio da Lei Nº 9.696/98.

Desse modo, com o aprofundamento do debate, a qualidade nas aulas de Educação Física passou a ser evidenciada, como na Agenda de Berlim (1999), criada no World Summit on Physical Education, realizado pelo International Council for Sport Science and Physical Education (ICSSPE). Assim como, no III Encontro de Ministros e Responsáveis pelo Esporte e Educação Física em 1999, chamada de Declaração de Punta Del Este – UNESCO, que ofereceu diretrizes para as ações governamentais a favor da Educação Física e do Esporte, em que os Ministros presentes reiteraram “a importância da Educação Física e do Esporte como um elemento essencial e parte integrante no processo de educação continuada e desenvolvimento humano e social”.

Já o Manifesto Mundial de Educação Física (2000), publicado pela Fédération Internationale D'Éducation Physique (FIEP), realizado no Congresso Mundial FIEP em Foz do Iguaçu, caracterizou-se como uma síntese dos posicionamentos internacionais, renovando o conceito de Educação Física em que estabeleceu relações com outras áreas (Educação, Esporte, Cultura, Ciência, Saúde, Lazer e Turismo), além de evidenciar o compromisso com os grandes problemas/questões da Humanidade (exclusão social, países subdesenvolvidos, pessoas com necessidades especiais, o meio ambiente e a cultura da paz), no limiar do Século 21.

O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), durante o Fórum Nacional dos Cursos de Formação Profissional em Educação Física do Brasil que aconteceu em Belo Horizonte, em agosto de 2000 apresentou a Carta Brasileira de Educação Física, objetivando a instalação urgente de um processo de qualidade em todas as ações inerentes à área, provocando novas reflexões e discussões para os próximos anos, considerando a diversidade das várias conjunturas culturais, sociais e educacionais do país.

Dessa forma, o Profissional de Educação Física passou a ser reconhecido como responsável qualificado e legalmente habilitado, com competências específicas para aplicar conhecimentos com fins educativos e científicos, às possíveis formas de expressão da atividade física e do movimento humano.

Em seu processo histórico tornou-se evidente que a Educação Física revelou-se importante fator de desenvolvimento humano, corroborada na proposta da Carta de Educação Física Escolar aprovada pelo Fórum de Educação Física Escolar e 22º Congresso Internacional de Educação Física – Foz do Iguaçu, 2007, reafirmando que por meio de aulas teóricas e práticas de Educação Física é possível potencializar e possibilitar a vivência e assimilação de valores como solidariedade, excelência, sustentabilidade, esportividade, paz, entre outros, conforme recomenda a Organização das Nações Unidas (ONU), além de possibilitar a construção de conhecimentos para a autonomia da prática de exercício físico e/ou esportivo.

Na elaboração das Diretrizes para Ações e Políticas para Educação Física e Esporte Escolar da Comissão de Turismo e Esporte (Câmara dos Deputados Federais, 2009) ficou confirmado que a Educação Física e o Esporte Escolar são espaços privilegiados para o desenvolvimento de cultura, adoção de estilo de vida ativo e saudável para o pleno exercício da cidadania, sendo necessário desenvolver políticas públicas para formação continuada dos Profissionais da área.

A elaboração do Relatório da Comissão Européia/EACEA/Eurydice, Physical Education And Sport At School In Europe (2013), afirma que durante a infância e a juventude, a Educação Física na escola proporciona uma excelente oportunidade para aprender e aprimorar habilidades que melhoram a aptidão física ao longo da vida, além de boa saúde e qualidade de vida no trabalho, no lazer e em todas as ativi-

dades diárias. Reforça a importância da Educação Física como um processo permanente de desenvolvimento humano e de qualidade de vida. Ressalta, também, que o “tempo de ensino”, relacionado com o número de horas em atividades efetivas com os alunos, seja maior e melhor aproveitado.

Desse modo, percebe-se o grande desafio em elevar e manter o status da Educação Física Escolar confirmando sua importância no patamar que ocupa atualmente na sociedade, resultado da grande contribuição que proporciona para o desenvolvimento educacional e social do país.

Imbuídos desse compromisso a Comissão de Educação Física Escolar do Sistema CONFEF/CREFs, apresenta este Documento de Recomendações para os Professores de Educação Física, diretores escolares, gestores da educação, pais, legisladores e para a sociedade em geral, como forma de orientação, para a elaboração de Políticas Públicas e suporte para reflexão e intervenção responsável e qualificada no âmbito escolar.

Trata-se de rever as bases teóricas, as práticas dos professores, o pensamento crítico, a opinião da comunidade escolar, desafiando a um novo olhar, a uma nova forma de agir, mais atualizada com os avanços tecnológicos e, principalmente, com valiosas contribuições no plano do conhecimento e diversidade de ideias. Nesse contexto, são apresentadas, ao longo deste documento, diretrizes e propostas para a ação didático-pedagógica do Professor de Educação Física, orientadoras para a elaboração do planejamento, organização, controle e aplicação de conteúdos deste componente curricular de modo que estes sejam devidamente ensinados para que os alunos se apropriem adequadamente e possam praticá-los autonomamente.

Comissão de Educação Física Escolar - Sistema CONFEF/CREFs

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DEFINIÇÕES, PROCEDIMENTOS E DESAFIOS

1.1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

É o componente curricular obrigatório em todos os níveis da Educação Básica caracterizado pelo ensino de conceitos, princípios, valores, atitudes e conhecimentos sobre o movimento humano na sua complexidade, nas dimensões biodinâmica, comportamental e sociocultural. Essas dimensões constituem a base para uma nova compreensão sobre a abrangência e interfaces que fundamentam a Educação Física na escola, seja na perspectiva do movimento, inclusão, diversidade, cidadania, educação, lazer, esporte, saúde e qualidade de vida.

Essa compreensão se alia à Declaração do Conselho Internacional para a Ciência do Esporte e a Educação Física (ICSSPE, 2010), reafirmada na V Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte (MINEPS V, 2013) que define a Educação Física como uma disciplina dos currículos escolares que se refere ao movimento humano, à aptidão física e à saúde. Concentra-se no desenvolvimento da competência física, de modo que todas as crianças possam movimentar-se de forma eficiente, eficaz e segura, bem como entender o que fazem. Que a Educação Física é essencial para o pleno desenvolvimento e realização, e para a participação na atividade física por toda a vida.

A importância da Educação Física no contexto escolar deve-se ao fato de a escola ser a maior agência educativa, depois da família, com capacidade para influenciar os alunos na aquisição de hábitos e atitudes que contribuem para um harmonioso desenvolvimento pessoal e social. Nesse sentido, está comprometida com a solidariedade, a cooperação, a tolerância, a inclusão e o respeito pelo outro. Estes aspectos são essenciais à formação dos alunos e devem ser repassados por meio de uma Educação Física bem orientada, alicerçada no conhecimento científico, na qualidade técnica, na ética, no compromisso social dos docentes e no envolvimento com a comunidade escolar.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento norteador da proposta de reorientação curricular da educação escolar no país, ao referir-se à Educação Física, evidencia-a como uma área de conhecimento que introduz e integra o aluno na cultura sobre o movimento humano, tendo em vista a formação do cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Recomendações Para a Educação Física Escolar

Nesse contexto, é importante reafirmar o caráter formativo da Educação Física, assegurando as condições objetivas para o acesso a este campo do saber aos alunos atendidos na Educação Básica, independente de condições físicas, gênero e condição social. Desse modo, a Educação Física se apresenta como um componente curricular singular, sendo a única que promove diretamente as várias linguagens do movimento humano e promove a saúde por meio do ensino de estilo de vida ativo e saudável, além de desenvolver os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais.

As referências sociais e culturais da Educação Física já estão presentes nos hábitos, valores, práticas, no lazer e nas tradições das sociedades modernas, constituindo-se numa representação social das atividades físicas e esportivas. Portanto, deve compor, desde cedo, o currículo escolar, de modo a refletir a cultura social em que está inserida.

1.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A Educação Física, enquanto componente curricular contribui para a formação dos alunos por meio da apreensão dos conhecimentos específicos que favorecem a aquisição de competências motoras, a ampliação do repertório de movimentos e o hábito da prática regular de atividades físicas, integrados a conhecimentos gerais contextualizados às temáticas sobre atualidades sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais. Nessa perspectiva, a proposta para a Educação Física escolar considera os seguintes objetivos:

- Proporcionar a aquisição de conhecimentos específicos relacionados ao movimento corporal;
- Proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades motoras que proverão o indivíduo de capacidade e autonomia que lhe permita escolher ou organizar a própria atividade física;
- Estimular hábitos favoráveis à adoção de um estilo de vida ativo e saudável;
- Promover a formação de uma cultura esportiva e de lazer;
- Estimular a participação efetiva da comunidade escolar, em especial a família;
- Discutir questões relacionadas à sustentabilidade ambiental;
- Relacionar conhecimentos sobre aspectos socioculturais, políticos e econômicos;
- Promover a harmonia interdisciplinar com outras áreas do conhecimento;
- Estimular a autonomia e o protagonismo social;
- Conhecer e aplicar as novas tecnologias à Educação Física;
- Promover a cultura da paz e respeito às diversidades;

- Refletir sobre os valores e princípios éticos e morais.

As estratégias utilizadas para alcançar esses objetivos devem reforçar a busca permanente ao pleno conhecimento por meio da qualificação e aperfeiçoamento profissional, bem como, da participação efetiva da família, do despertar de uma nova cultura política de participação democrática, de respeito e preservação ambiental, de acesso aos bens culturais, científicos e tecnológicos produzidos pela humanidade.

Para concretizar seus objetivos a Educação Física escolar se utiliza de uma característica que a diferencia dos demais componentes curriculares, que, em sua especificidade, assume caráter vivencial. Os conteúdos são abordados por meio de práticas corporais com atividades sistemáticas constantes no desenvolvimento de um programa de conteúdos. Estes devem ser organizados em conformidade com as fases, séries, anos ou ciclos de ensino, com base nas necessidades motoras, desenvolvidas e aplicadas em progressão e grau de complexidade.

1.3 A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Ao longo dos anos, a Educação Física passou de mero instrumento de preparação do corpo humano para um processo de formação psicomotora e sociocultural, sendo responsável não só pela formação do indivíduo, mas também como facilitadora de uma necessária integração social.

A história sobre o desenvolvimento da Educação Física envolve uma longa trajetória de discussões, contradições e ressignificações sobre sua natureza e propriedade. Particularmente, em relação à sua vinculação com a atividade escolar, revelam-se aspectos relacionados à apropriação do corpo e aplicabilidade de suas práticas, bem como suas múltiplas representações enquanto componente curricular. De certa maneira, essa ampliação dimensional sobre suas aplicabilidades vem consolidando o caráter formativo com que a Educação Física tem se apresentado em sua função no ambiente escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução Nº. 4 CNE/CEB, de 13 de julho de 2010 define para a Educação Básica uma proposta de:

Educação sequencial e articulada das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica. (DCN, 2010)

Recomendações Para a Educação Física Escolar

No artigo 14 desta mesma resolução, as atividades físicas e corporais constituem a base de conhecimentos, corroborando a Educação Física como componente curricular obrigatório da base nacional comum a toda a Educação Básica que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Tal intencionalidade está pautada no desenvolvimento das habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.

Nas DCN's, a Educação Básica está pautada em três dimensões: a orgânica que observa as especificidades de cada sistema educativo; a sequencial que compreende as aprendizagens em cada etapa do processo formativo; e a articulação entre a dimensão orgânica e sequencial que coordena e integra o conjunto da Educação Básica.

Diante do exposto, a Educação Física escolar deverá acompanhar esta tendência que norteia a construção do projeto político pedagógico de cada unidade escolar, observando a realidade de cada aluno. Neste sentido, o artigo 20, desta resolução estabelece:

O respeito aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários é um princípio orientador de toda a ação educativa, sendo responsabilidade dos sistemas a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar. (DCN, 2010)

Desse modo, hoje a prática da Educação Física escolar deve observar a aplicação dos conteúdos obrigatoriamente em progressão, de modo que os alunos percebam o aumento do grau de complexidade das atividades e apresentem níveis satisfatórios de aprendizagem. Sobretudo, por sua natureza motora, interativa e estimuladora da criatividade, a atividade corporal é fator importante que proporciona:

Estímulo ao raciocínio, quando os alunos participam de experiências dinâmicas que envolvem a tomada de decisão, estratégia, organização do pensamento e atitudes com objetivos definidos;

Vivência de conflitos, pelo fato de divergências de ideias e comportamentos serem constantes e de forma salutar vividas com a intermediação do professor que utiliza esses momentos a fim de educar para a convivência;

Experiências práticas do cotidiano, ao possibilitar que aluno e professor façam as devidas conexões com o que se ensina e aprende na escola e a aplicação para a vida, criando atmosfera real à aprendizagem significativa;

Concentração e participação, fato constatado quando o interesse pela atividade se evidencia na motivação da turma, causando pouca dispersão e sentimento

de autoeficácia no aluno com reflexos no bom andamento e participação efetiva nas aulas;

Prazer no aprendizado, vivenciado em ambiente lúdico que alimenta as aulas de Educação Física proporcionando o aprendizado de forma prazerosa, contemplando orientações pedagógicas eficientes para o ensino, não podendo ser confundida com passatempo ou brincadeira.

Incorporação de hábitos saudáveis, quando promove mudanças de atitude em sintonia com os efeitos fisiológicos do exercício e sua relação com suas próprias condições físicas, despertando a consciência de que um estilo de vida ativo e saudável é fundamental para níveis aceitáveis de saúde e bem-estar.

Nesse contexto, os professores devem atuar com base em princípios pedagógicos e de equidade, possibilitando a aquisição das competências e habilidades necessárias à participação em atividades físicas e esportivas dentro e fora do ambiente escolar, incorporando essas experiências ao seu estilo de vida.

A ênfase de valores a serem praticados socialmente no processo de ensino-aprendizagem é uma ação fundamental para a formação e exercício da cidadania. É a partir do acesso à educação formal que o aluno inicia o processo de inter-relação dos princípios e valores vivenciados no ambiente familiar com os difundidos pelo professor na escola.

Essas experiências são bases fundamentais para o exercício da cidadania e integração social, pois fomentam processos de aprendizagens estruturantes na formação individual e coletiva para o convívio em sociedade. Assim, o aluno constrói, durante a sua formação, conceitos, atitudes e valores em seu processo de desenvolvimento como sujeito.

O Conselho Federal de Educação Física – CONFEF reconhece que as possibilidades e potencialidades formativas da Educação Física, se efetivam na relação do aluno com o professor, com seus pares, com o conteúdo aprendido, com a família e com o ambiente no contexto de vivência com o real.

1.4 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR

A prática pedagógica da Educação Física torna-se significativa para o aluno quando o professor tem a devida consciência de qual é efetivamente sua função social e sua importância no processo ensino-aprendizagem. Ainda, quando o professor reconhece que suas atribuições são fatores relevantes para a transformação do contexto educacional. Para tanto deve:

Recomendações Para a Educação Física Escolar

- Ser um pesquisador para qualificar e legitimar seu trabalho;
- Coletar dados por meio de testagem, que comprovem a eficácia do processo ensino/aprendizagem, bem como a capacidade física dos alunos e seus níveis de desenvolvimento;
- Refletir permanentemente sobre os Processos de Ensino nas fases pré-interativa (planejamento das aulas em conformidade com o programa de conteúdos), interativa (durante as aulas no estabelecimento de relações com os alunos) e pós-interativa (avaliação da aula e da aprendizagem dos alunos);
- Selecionar e organizar previamente recursos materiais a serem utilizados nas aulas;
- Utilizar metodologia que favoreça o aproveitamento do tempo de aula em atividades dinâmicas, mantendo a participação ativa dos alunos em ritmo constante com intensidade, de moderada a vigorosa;
- Relatar as práticas pedagógicas por meio de registros de acompanhamento (procedimentos, ocorrências relevantes e resultados);
- Avaliar os alunos considerando os aspectos cognitivo, afetivo, biológico e motor;
- Apresentar os resultados das avaliações em ficha própria, para que os alunos e responsáveis tenham um feedback de suas necessidades no que se refere ao aprendizado, conduta social, aptidão física e saúde;
- Definir em seu plano de aula, temáticas relacionadas à promoção de estilo de vida ativo e saudável;
- Proporcionar experiências práticas acompanhadas de significado com base teórica, que estimule a participação dos alunos com segurança e autonomia;
- Considerar aspectos da diversidade humana, respeitando as características individuais dos alunos;
- Interatuar com outras áreas do conhecimento humano, desenvolvendo atitudes interdisciplinares;
- Tornar a Educação Física escolar significativa à formação dos alunos, defendendo sua permanência no currículo.

1.5 OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Educação Física, integrada à proposta da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica. A carga horária das disciplinas passa a ser definida pela própria escola, que constroi sua proposta pedagógica de acordo com a realidade da comunidade.

Sem obstar os avanços da referida Lei, emerge um novo desafio aos professores de Educação Física no sentido de justificar a necessidade das aulas no contexto escolar e, desse modo, sustentar sua importância educacional em todas as faixas etárias. Entretanto, é necessário salientar que é preciso legitimar a sua existência.

A Educação Física deve assumir papel relevante como disciplina inserida no contexto pedagógico e formativo. Para tanto, deverá ser conduzida com competência, considerando a premissa de que a corporeidade é fator essencial de relacionamento com o mundo. Neste sentido, experiências criativas e prazerosas, por meio do movimento decorrente de atividades físicas e esportivas, representam condição imprescindível ao desenvolvimento do aluno, pautado em valores morais e éticos.

Outro aspecto importante a ser considerado refere-se à qualidade de vida, cujo papel da Educação Física é uma das referências de interação com outros saberes e atitudes, como educação alimentar, saúde emocional e interação social que, de forma harmoniosa, contribuem para a formação de um estilo de vida ativo e saudável.

1.6 MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Desde sua inserção na escola, a Educação Física assumiu diversas características e funções, não faltando motivos que a justificassem no contexto escolar. Porém, na atualidade, novas demandas sociais vêm ocupando papel de destaque nas discussões educacionais relacionadas à educação e saúde.

Pelas funções que exerce na escola a Educação Física assume a responsabilidade de promover, também, atitudes favoráveis para a formação de hábitos saudáveis, com impacto positivo na saúde da população infanto-juvenil, que hoje já apresenta índices alarmantes de doenças, que antes eram diagnosticadas somente em adultos e/ou idosos.

Contudo, existem outros motivos que justificam a prática da Educação Física no currículo escolar que, por sua característica abrangente, proporciona o desenvolvimento de habilidades de ser, conviver, conhecer e fazer, sejam eles:

- Estimula as capacidades cognitivas, ou seja, desenvolve o raciocínio, a memória, a lógica, a criatividade e ensina a resolver problemas;
- Confere o domínio corporal da criança que ao se movimentar testa seus próprios limites, experimentando diferentes formas de se relacionar com os outros e com o ambiente;
- Desenvolve e amplia as habilidades motoras;
- Aprimora competências, promovendo a concentração, atenção, determinação, comunicação e expressão, além de equilíbrio emocional;

Recomendações Para a Educação Física Escolar

- Reeduca a postura e informa sua importância;
- Monitora e detecta problemas de déficit de crescimento, obesidade, desnutrição, respiração, frequência cardíaca, entre outros;
- Prepara para a vitória e para a derrota;
- Estimula a autonomia e possibilita a melhoria da autoestima;
- Ensina a trabalhar em grupo e reconhecer diferentes capacidades e habilidades;
- Reforça o valor da cooperação, da colaboração e da inclusão;
- Promove a integração entre alunos, professores e toda comunidade escolar;
- Colabora no processo de construção de hábitos para um estilo de vida ativo e saudável.

Diante do exposto, percebe-se que a Educação Física transcende as atividades corporais. Desenvolve, no entanto, competências (habilidade, conhecimento e atitude) associadas às dimensões social, cultural, afetiva, cognitiva, psicomotora e biológica, além de internalizar múltiplos valores que farão a diferença na trajetória de vida dos alunos.

1.7 SESSÕES RECOMENDADAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Em geral, essa questão tem sido tratada no âmbito administrativo dos órgãos normativos da Educação Nacional. Entretanto, resguardados os princípios pedagógicos que fundamentam os processos de apreensão do conhecimento teórico e prático, considerando as peculiaridades dessa disciplina, os princípios científicos que explicam o desenvolvimento e a melhoria das condições fisiológicas e motoras do ser humano indicam a necessidade de que a prática da atividade física ocorra de forma regular e progressiva, respeitando a individualidade biológica do praticante.

Como disciplina curricular, a Educação Física deve respeitar os princípios científicos do treinamento físico, na medida em que a sua carga horária deve ser suficiente para que tenha efeito fisiológico no aluno. Paralelamente, deve procurar aproximar-se das recomendações existentes para a prática das atividades físicas, nas quais se considera que todas as crianças, adolescentes e jovens devem praticar pelo menos 60 minutos de atividade física por dia com uma intensidade de moderada à vigorosa (MARQUES, 2010).

As habilidades motoras fundamentais são essenciais para o desenvolvimento infantil. Atraso no desenvolvimento dessas habilidades tem provocado consequências negativas como a baixa percepção de competência, baixo nível de atividade física e o aumento do sobrepeso e obesidade infantil (VALENTINI & TOIGO, 2006). Em relação aos programas de conteúdos de Educação Física voltados para a aqui-

sição dessas habilidades, destaca-se a estrutura TARGET (VALENTINI, 1997a, 1999a, 2002) as quais dizem respeito à tarefa, autoridade, reconhecimento, grupos, estratégias de avaliação e tempo, sendo necessárias duas aulas semanais, no mínimo, para implementação do programa.

A aproximação da carga horária da Educação Física às recomendações é importante, porque muitos jovens não praticam atividade física suficiente para beneficiar a saúde (HALLAL et al., 2012). Este fato reforça a importância da Educação Física, uma vez que para muitos jovens a escola é o único local onde praticam essas atividades, logo, a sua prática deveria ser maximizada, com atividades orientadas por profissional de Educação Física, inclusive no contraturno.

Desse modo, compete aos gestores educacionais e poderes constituídos a responsabilidade de assegurar condições objetivas para oferta da Educação Física escolar em programas e/ou projetos de atendimento às necessidades integrais dos alunos por meio do desenvolvimento de competências associadas às múltiplas dimensões do ser humano complexo, ou seja, “bio-psico-sócio-cultural” (MORIN, 2000).

1.8 CONTEÚDOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O componente curricular, Educação Física, abrange os seguintes conteúdos de forma progressiva e por níveis de complexidade: jogos, brincadeiras, atividades esportivas, atividades rítmicas e expressivas, ginásticas, danças, lutas e conhecimentos sobre seu próprio corpo. Para o ensino e a aprendizagem de cada um desses conteúdos é essencial considerar as abordagens: Procedimental (fazer) sem restringir somente ao entendimento/desenvolvimento de habilidades motoras e dos fundamentos do esporte, mas também incluir a organização, sistematização de informações, aperfeiçoamento, entre outros; Conceitual (conhecimentos teóricos, conceitos e fatos) que além da reflexão sobre o conhecimento das regras, táticas e dados históricos, devem abordar conceitos sobre ética, estética, desempenho, satisfação, eficiência, entre outros e; Atitudinal (valores, atitudes e normas) que expressam o próprio objeto de ensino e aprendizagem por meio das experiências vivenciadas pelos alunos, contribuindo para a construção de posturas responsáveis perante si e os outros (PCNs, 1998).

Para garantir a efetivação dos conteúdos é necessário um planejamento que considere as diferentes fases do desenvolvimento e o grau de complexidade das atividades propostas, além de reconhecer que ao chegar à escola o aluno já traz um repertório de movimentos, resultante das suas experiências de vida. É fundamental, portanto, incluir nos conteúdos de ensino, não obstante os descritos anteriormente, questões e temas transversais importantes para a formação como cidadania, saúde e qualidade de vida, meio ambiente, violência, diversidade cultural, novas tecnologias, entre outros.

Ainda sobre os conteúdos de ensino da Educação Física, deve-se observar sua abrangência em relação às expectativas/direitos de aprendizagem, considerando-se sua relevância social e cultural; a formação intelectual e potencialidade do aluno para a construção de competências; o estabelecimento de conexões interdisciplinares e contextualizações, além da acessibilidade e adequação aos interesses da faixa etária, tais como:

1.8.1 Em relação ao esporte

O esporte é um fenômeno social em expansão no mundo contemporâneo. Tomou dimensões sociais que buscam atender não somente à performance, mas à educação e ao lazer. Portanto, a importância do esporte na sociedade pode ser evidenciada pela sua capacidade de produzir satisfação e prazer, além do seu caráter político-participativo e transformador. Desse modo, cabe à Educação Física escolar o importante papel de disseminadora dos seguintes conteúdos:

- Conhecer aspectos históricos, geográficos e políticos do esporte e paradesporto enquanto elementos da cultura humana;
- Relacionar aspectos do esporte com os jogos;
- Vivenciar aspectos básicos dos fundamentos (movimentos + regras) de esportes coletivos e individuais trabalhados como conteúdo específico;
- Compreender as diferenças entre esporte de rendimento, esporte como lazer e esporte como meio para promoção da saúde;
- Conhecer as características dos esportes e sua relação com o ambiente;
- Identificar, analisar e compreender a influência da mídia nos esportes;
- Conhecer o contexto social e econômico de diferentes esportes;
- Compreender as dimensões do esporte e suas relações no âmbito da escola e fora dela;
- Identificar e interpretar o esporte e sua apropriação pela indústria cultural;
- Compreender as relações entre esporte e trabalho;
- Conhecer os processos de organização de eventos esportivos e sistemas de disputas;
- Compreender o fenômeno esportivo e aspectos relativos à competição esportiva;
- Ressignificar as práticas esportivas, considerando as limitações físicas e intelectuais das pessoas com deficiência.

1.8.2 Em relação aos jogos e brincadeiras

As estratégias lúdicas favorecem o processo de aprendizagem, obtendo-se a atenção do aluno na execução do movimento de forma prazerosa, sem, no entanto, desconsiderar que, além da brincadeira, proporciona um momento de interação social e cultural. Por outro lado, observa-se que atualmente os jogos eletrônicos tornaram-se meios lúdicos de forte adesão, em substituição aos jogos e brincadeiras tradicionais. Portanto, o professor contemporâneo tem o grande desafio de resgatar os jogos e brincadeiras tradicionais, incorporando concomitantemente as novas tecnologias dos games por meio das seguintes estratégias:

- Conhecer a origem dos jogos, brincadeiras e cantigas de roda, trabalhados como conteúdo específico;
- Vivenciar experiências de criação e recriação dos jogos e brincadeiras;
- Apropriar-se da flexibilização quanto às regras oferecidas nos jogos, vivenciando, experimentando e criando diferentes formas de jogar;
- Reconhecer e apropriar-se dos jogos considerando: o outro, seus objetivos, resultados, consequências e motivações;
- Construir o conhecimento por meio dos jogos e brincadeiras tradicionais, bem como dos jogos atuais;
- Conhecer as novas tecnologias de jogos eletrônicos, refletindo sobre as possibilidades de contribuição para o processo ensino/aprendizagem.

1.8.3 Em relação à ginástica

Na atualidade, a ginástica tem sido pouco praticada no ambiente escolar. Essa preocupação é corroborada por vários estudiosos sobre a temática da Educação Física. Para tanto, é necessário um novo olhar no sentido de reposicioná-la a partir de uma nova perspectiva teórico-metodológica, que amplie o leque de possibilidades vivenciais e corporais, uma vez que a ginástica é um importante fio condutor de manifestações culturais, na medida em que permite ao aluno experimentar, conhecer, problematizar e compreender seus próprios limites e criar alternativas de superação. Portanto, a ginástica deve abordar os seguintes temas:

- Conhecer o contexto histórico-conceitual da ginástica (métodos e modalidades);
- Conhecer e vivenciar as modalidades de ginástica;
- Identificar as modalidades de ginástica e seu desenvolvimento até os dias atuais;
- Vivenciar movimentos de transferência de peso, deslocamento, salto, giro, torção, equilíbrio, desequilíbrio, inclinação, expansão, contração, entre outros;

Recomendações Para a Educação Física Escolar

- Reconhecer a influência da mídia nos padrões de comportamento do/no corpo;
- Identificar e compreender a influência da mídia, ciência e indústria cultural nas práticas corporais;
- Aplicar conteúdos nos quais os alunos vivenciem e aprendam a executar elementos referentes à ginástica;
- Propor conteúdos que abordem a cooperação, a participação e a inclusão.

1.8.4 Em relação à dança

A dança, uma das principais expressões corporais, favorece o desenvolvimento de habilidades e harmonização entre o corpo e a mente. Essa linguagem corporal é um relevante instrumento educativo, pois possibilita o reconhecimento do potencial do aluno de forma lúdica, criativa e prazerosa por meio do movimento. Nessa perspectiva, devem-se considerar os seguintes fatores:

- Conhecer o conceito, contexto e origem da dança;
- Conhecer os aspectos culturais atrelados à origem e à permanência das danças folclóricas;
- Vivenciar os movimentos básicos das danças trabalhadas como conteúdo específico;
- Ampliar repertório pessoal de movimentos;
- Experimentar formas variadas de se mover;
- Vivenciar experiências de criação e recriação da dança;
- Reconhecer e inovar movimentos;
- Conhecer e compreender a dança como manifestação cultural;
- Conhecer e compreender elementos estéticos;
- Identificar e compreender a influência da mídia, ciência e indústria cultural no âmbito da dança;
- Vivenciar processos coreográficos, elaboração e produção;
- Compreender aspectos relativos a apresentações, festivais e concursos de dança.

1.8.5 Em relação às lutas

Esse conteúdo da Educação Física escolar está presente no cotidiano social de forma concreta, sobretudo pelo forte apelo midiático das lutas de competição. Nesse contexto, emerge um grande leque de oportunidades para o

desenvolvimento de valores, potencialidades, limites e disciplina, além de manifestações socioculturais que permitem ao aluno vivenciar experiências motoras, contato corporal, elaboração de estratégias e troca de informações. Para tanto, propõe-se:

- Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e origem das lutas trabalhadas como conteúdo específico;
- Apresentar os diversos tipos de lutas e seus desdobramentos na atualidade;
- Vivenciar movimentos característicos das lutas trabalhadas em outras práticas corporais;
- Vivenciar as relações corporais consigo mesmo e com o outro;
- Diferenciar formas de apresentação das lutas;
- Identificar e compreender a influência da mídia, ciência e indústria cultural no âmbito das lutas;
- Vivenciar modalidades e características peculiares de diferentes lutas;
- Compreender aspectos relativos a apresentações, festivais e competições de lutas;
- Ampliar repertório pessoal de movimentos.

1.8.6 Em relação à saúde

A escola é o ambiente ideal para a construção de conhecimentos relacionados à promoção da saúde na perspectiva do desenvolvimento de um estilo de vida ativo. Neste sentido, a Educação Física é o principal componente curricular a abordar essa temática, ao incentivar os alunos a prática de atividades físicas como elementos motivadores de uma vida saudável, propondo-se a:

- Entender os significados atribuídos ao corpo;
- Analisar e refletir sobre o corpo e os movimentos;
- Conhecer limites e possibilidades de movimentação do corpo;
- Reduzir as condições para o desenvolvimento de doenças crônico-degenerativas provocadas pelo estilo de vida sedentário, tais como: a obesidade, a hipertensão arterial, diabetes, hipercolesterolemia, as doenças do aparelho respiratório e cardiovasculares, entre outras;
- Promover experiências positivas associadas à prática de atividades físicas que se caracterizem no desenvolvimento de habilidades, atitudes e hábitos que auxiliem na adoção de um estilo de vida fisicamente ativo;
- Discutir temas relacionados à alimentação saudável, ao uso de álcool e drogas, violência, higiene e sexualidade.

CAPÍTULO II

ESPECIFICIDADE DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Para além dos benefícios à saúde física e mental, estudos têm demonstrado que a prática regular de atividade física e bons níveis de aptidão física têm um efeito positivo sobre a cognição, concentração e desempenho escolar (CHADDOCK et al, 2012a; EVELAND-SAYERS et al, 2009). Essa afirmação é reforçada pelos resultados de outros estudos que evidenciam uma correlação positiva entre a atividade física, aptidão física e o rendimento escolar (CASTELLI et al, 2007). Esses resultados mostram que no ambiente escolar, o tempo dedicado às aulas de Educação Física também potencializa o desenvolvimento cognitivo e conseqüentemente o escolar (CARLSON et al, 2008; RASBERRY et al, 2011), evidenciando o papel da Educação Física como fator de otimização do desempenho cognitivo dos alunos. Portanto, a atividade física orientada contribui para a melhoria da saúde cognitiva, da memória, aumenta as estruturas cognitivas e as funções cerebrais (CHADDOCK et al, 2012a; HILLMAN et al., 2005).

Nesse contexto, a Educação Física proporciona o maior número de experiências motoras e psicossociais às crianças desde cedo que, de forma planejada e bem orientada, se torna um fator preventivo em relação ao comprometimento do desenvolvimento de habilidades (BATISTELLA, 2001).

É na infância, durante a escolarização, que ocorre um amplo incremento das principais habilidades fundamentais, as quais são consideradas requisitos imprescindíveis para a aprendizagem. As pesquisas relacionadas a essa temática têm demonstrado significativa estatística entre o que a criança é capaz de pensar (cognição) e o que é capaz de fazer (movimento).

Segundo Medina-Papst (2010) crianças com dificuldades de aprendizagem cognitiva, em diversas faixas etárias, avaliadas em relação ao desenvolvimento motor, possuem em média, também um atraso na idade motora, em vários componentes da motricidade, tendendo a um agravamento com o transcorrer da idade.

Para a Organização Mundial da Saúde - OMS, a inabilidade motora está associada a algum grau de comprometimento em tarefas cognitivas e visoespaciais (MEDINA J., 2006 - 2010; ROSA NETO et. al 2007). Contudo, a Educação Física contribui decisivamente para o desenvolvimento da capacidade de percepção e abstração do real, uma vez que suas atividades estimulam estruturas mentais insubstituíveis na formação do raciocínio, condição fundamental para o aprendizado, além de auxiliar o aluno a:

Recomendações Para a Educação Física Escolar

- Pensar com clareza;
- Desenvolver a criatividade e o raciocínio lógico;
- Estimular a memória e a concentração;
- Resolver problemas;
- Promover a disciplina e a determinação;
- Desenvolver a comunicação e a expressão;
- Favorecer e potencializar o desenvolvimento das habilidades específicas dos demais componentes curriculares;
- Estimular a curiosidade, a concentração e a consciência de grupo que são elementos importantes para a aprendizagem dos conteúdos;
- Favorecer a autoestima, autoconfiança e companheirismo necessários ao melhor desempenho escolar;
- Desenvolver as percepções sensitivas.

Assim, em um contexto onde a cada dia se evidencia a busca por melhorias nos padrões da Educação no país, com as evidências que associam o desempenho cognitivo à participação em atividades físicas e esportivas, as decisões referentes às políticas educacionais devem considerar a Educação Física uma prioridade na educação dos alunos.

2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NA PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO MOTORA

O aprendizado e a prática de habilidades motoras fundamentais são a base de construção para o desenvolvimento da alfabetização motora. Da mesma maneira que o aprendizado do alfabeto e fonética são as habilidades fundamentais necessárias para ler ou identificar números e aprender a somar e subtrair para, eventualmente, realizar uma ação funcional no dia a dia, o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais e habilidades esportivas são importantes para que os alunos se sintam confiantes à prática da atividade física por meio da diversão, interação social, saúde, educação e competição.

Na infância são desenvolvidas as habilidades motoras fundamentais da criança, nem sempre asseguradas por programas gerais de atividade física, sendo a escola, para a maior parte da população, o único espaço para que recebam este aprendizado de forma sistemática, orientada e segura.

Neste sentido, o movimento é o produto e a Educação Física deve privilegiar a aprendizagem do movimento. Na percepção de David Gallahue (2005) a Educação Física escolar é responsável pelo desenvolvimento motor das crianças e que o

desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento afetivo e o desenvolvimento motor estão relacionados entre si, ou seja, entendendo o desenvolvimento motor das crianças, entende-se a adolescência e a vida adulta das pessoas, o seu progresso desde o nascimento até a morte. Desta forma, as aulas de Educação Física ensinam como as crianças podem mover o corpo.

Diante dos índices preocupantes de baixa participação em atividades físicas e, conseqüentemente, do aumento da obesidade dos alunos, urge a necessidade de os professores buscarem em suas escolas um currículo com uma visão de construção de alfabetização motora, com o objetivo de promover um maior tempo de atividades de intensidade moderada à vigorosa, durante as aulas de Educação Física. Nessa perspectiva, a Educação Física de qualidade é suscetível a novas práticas capazes de alterar os comportamentos relacionados a valores e atitudes dos alunos, bem como à família e comunidade.

Na concepção de Vargas,

A importância de que se reveste a escola quanto à possibilidade de dar oportunidade de experiências motoras e de jogos a todas as crianças e jovens independentemente do seu nível de habilidade é um objetivo que deve mobilizar todos os interessados. No entanto, para que tal objetivo seja possível de alcançar, são necessárias políticas de harmonização entre a escola, a família e a comunidade. O status de desenvolvimento motor das crianças e jovens e a criação de atitudes para estilos de vida saudável implicam iniciativas de conjunto e decisões realistas sobre a diversidade de grupos etários, étnicos e sociais. (VARGAS, 2001, p. 128-129).

Um indivíduo fisicamente educado se move com competência em uma ampla variedade de atividades físicas que beneficiam o desenvolvimento da pessoa como um todo. Demonstra uma gama de movimentos criativos, confiantes, competentes e estrategicamente alinhados às diretrizes do movimento humano.

Como os professores em todos os níveis e áreas compreendem a importância de promover a alfabetização, quando se trata de leitura e escrita, a capacidade de mover-se também é considerada importante nesse processo, pois contribui para o desenvolvimento de competências e uma variedade de atividades físicas e habilidades necessárias à compreensão e ao uso da informação à tomada de decisão. Entretanto, são conceitos novos a serem difundidos e defendidos em toda a comunidade escolar para a apropriação e aplicação prática (PHYSICAL LITERACY CONFERENCE, 2010).

O desenvolvimento e domínio das habilidades motoras fundamentais devem ocorrer durante os primeiros anos, na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Sem o domínio de habilidades motoras fundamentais, as crianças perdem o interesse e, conseqüentemente, abandonam as atividades físicas.

Recomendações Para a Educação Física Escolar

Uma eficiente alfabetização motora pode criar uma cultura física com potencial de alcance às famílias, pois somente com a compreensão dos seus benefícios, poderá estabelecer uma predominância de estilo de vida ativo. Dessa forma, a Educação Física auxilia os alunos a desenvolverem o respeito pelo próprio corpo e de outrem, contribuindo para o desenvolvimento integrado de mente e corpo. Desenvolve uma compreensão do papel da atividade física, tendo como consequência uma melhora significativa do desenvolvimento físico, cognitivo e social, além da autoconfiança e autoestima.

2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR PROMOTOR DA SAÚDE

Até meados do século 20, o conceito de saúde vinculava-se unicamente a ausência de doenças. Porém, novas formas de compreensão acerca do conceito de saúde foram incorporando-se às discussões sobre o tema. Nesse contexto, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946), definiu saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença, não é um ‘estado estável’, que uma vez atingido possa ser mantido”.

Nessa perspectiva, a escola desempenha um papel fundamental como agente de transformação, agregando-se a outros segmentos sociais (família, clube, academia, sistemas de saúde, religião, entre outros) como aliada à promoção da saúde. Nesse sentido, um dos argumentos incontestáveis à manutenção e valorização da Educação Física no ambiente escolar está intrinsecamente relacionado a essa temática, uma vez que este conceito está vinculado ao estilo de vida ativo e às decisões individuais, ou seja, é um processo educativo que se concentra ao longo dos anos.

Mesmo com a implantação, em algumas regiões, de programas escolares voltados à educação e promoção da saúde dos alunos, percebe-se a falta de práticas concretas que possibilitem condutas educativas para a aquisição de hábitos saudáveis. A escola precisa incluir em seu Projeto Político Pedagógico ações que possam motivar o aluno a vivenciar um estilo de vida ativo e saudável que contribua para a melhora e/ou manutenção da saúde.

Essa temática encontra na escola um campo fértil de atuação, sobretudo quanto aos conteúdos relacionados à Educação Física. Nesse aspecto, a missão do professor de Educação Física é desafiadora no sentido de conhecer e aplicar o conjunto de conceitos e técnicas no campo da saúde identificado com sua área de formação.

A Resolução Nº. 218, de 06 de março de 1997, do Conselho Nacional de Saúde, reiterada pela resolução Nº. 287 de 08 de outubro de 1998 reconhece a Educação Física como profissão da área de saúde, assim sendo, a contribuição desse profissional tem sido objeto de estudo e pesquisa em várias abordagens. Entre alguns dos es-

tudiosos brasileiros dessa temática, destacam-se: Nahas&Corbin (1992), Guedes e Guedes (1994), Krebs (1997), Farinatti (1995).

Estudos mostram que desde a infância a atividade física praticada regularmente contribui para a melhoria da densidade mineral óssea, saúde cardiovascular, resistência muscular, capacidade aeróbia e saúde mental (STRONG et al, 2005; USDHHS, 2008). Para além dos efeitos imediatos da atividade física na saúde dos jovens, sua prática tem recebido atenção com base no pressuposto de que pode ser transferida para a idade adulta. Vários estudos demonstram que elevados níveis de atividade física na infância, principalmente em caráter formal, predizem maior adesão e perseverança, nos níveis de atividade física, quando adultos (TELAMA, YANG, HIRVENSALO, RAITAKARI, 2006; TELAMA et al, 2005).

A Educação Física, como componente curricular, poderá contribuir para elevar os níveis de atividade física dos mais jovens, promovendo a melhoria do estado de saúde. Como se trata de uma atividade organizada, devidamente sistematizada e orientada por profissionais habilitados e qualificados, contribuirá também para o percurso da atividade física até a idade adulta, apresentando-se como um meio privilegiado para a promoção da atividade física entre os jovens, podendo produzir mudanças comportamentais (CORBIN, 2002; SILVERMAN, 2005; WALLHEAD, BUCKWORTH, 2004).

A escola é um local privilegiado para se desenvolver a cultura do corpo e o gosto por um estilo de vida ativo, cabendo aos professores, pais e demais responsáveis, definir as melhores estratégias de intervenção para os grupos visando à participação de todos.

2.4 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR PROMOTOR DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS

O esporte como manifestação cultural é um fenômeno social disseminado na atualidade. A dedicação por parte da mídia em todo o mundo e a acirrada disputa entre os países para sediar eventos esportivos de alcance internacional, além do esforço em disseminar novas modalidades esportivas, são apenas alguns dos exemplos do poder mobilizador do esporte (LAURINDO; SOUZA, 2011).

A partir de 2005, no preâmbulo da “Política Nacional do Esporte” é enfatizada a importância do aspecto sócio-educativo do esporte como direito social e de promoção do bem-estar, na sua perspectiva emancipatória, defendendo-se um conceito de cidadania que inclui, necessariamente, o direito às práticas do esporte e do lazer e exige o protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação. Neste documento, é destacada a missão do Ministério do Esporte de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (BRASIL, 2005, p. 6).

Recomendações Para a Educação Física Escolar

A participação no esporte e atividade física têm sido associadas a inúmeros benefícios físicos e psicológicos claramente estabelecidos. Em termos de bem-estar, a atividade física e o esporte provocam um efeito psicológico positivo, (BIDDLE, 2000), menor ansiedade (TAYLOR, 2000), a autopercepção positiva (FOX, 2000; MILLER & HEINRICH, 2001) e aumento da autoestima (FOX, 2000; MILLER & LEVY, 1996). Desse modo, é importante para o reforço de efeitos psicológicos para o bem-estar de crianças e adolescentes.

Estudos sugerem que o ambiente esportivo promove nas crianças o desenvolvimento de competências, como a cooperação, a autodisciplina, o lidar no sucesso e na adversidade, a competitividade, o esportivismo, a liderança e a autoconfiança (STRYER, TOFLER, e LAPCHICK, 1998). Além disso, esses autores argumentam que, ao prever a oportunidade para a autoavaliação, a comparação entre os pares e a competição saudável, praticar esportes pode ajudar a facilitar o desenvolvimento de autoestima positiva e autoconceito. Concordando com estes aspectos, Gruber (1986) concluiu que a participação em programas de Educação Física contribuíram para o desenvolvimento da autoestima nas crianças em idade escolar.

Resumidamente pode-se considerar que o esporte no ambiente escolar está vinculado a três questões pedagógicas importantes: a integração social; o desenvolvimento psicomotor e as atividades físicas educativas. Por ser a escola essencialmente uma agência educativa de preparação para a vida em sociedade, tem intrinsecamente a responsabilidade de educar e orientar os alunos à prática formal de atividades físicas e esportivas.

No contexto escolar, a Educação Física é responsável por compartilhar conhecimentos, desenvolver valores e princípios, além da prática das modalidades esportivas e seus desdobramentos: respeito às regras, fundamentos, fair play. Concomitantemente, prepara o aluno para a compreensão do fenômeno esportivo, orientando-o sobre contextos e locais específicos de cada modalidade. Esse conhecimento é importante para potencializar a prática regular de atividade física, contribuindo dessa forma para a promoção da cultura do movimento.

CAPÍTULO III

PRINCIPAIS ASPECTOS NORMATIZADORES

3.1 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A partir da Lei Nº 9.696, de 01 de setembro de 1998, os profissionais de Educação Física, conquistaram a prerrogativa de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como, prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do esporte e, por consequência, a responsabilidade sobre as relações com os campos de intervenções existentes reconhecidos pela sociedade brasileira.

Nesse contexto, uma das primeiras ações empreendidas pelo CONFEF, foi caracterizar e delinear as diferentes especificidades existentes na área, de modo a respeitar e valorizar as competências necessárias para uma intervenção apropriada e qualificada no campo das atividades físicas, publicando em 2002 a Resolução Nº. 046 que definiu a Docência, o Treinamento Esportivo, a Avaliação Física, a Orientação de Atividades Físicas, a Gestão Esportiva, a Preparação Física, a Recreação e o Lazer como áreas de intervenção do Profissional de Educação Física.

Ainda sobre o contexto do reconhecimento atribuído à profissão no tocante ao papel que representa para a sociedade, tanto no âmbito das políticas de educação como as de saúde, cumpre-se destacar, entre tantas outras normativas, a Resolução Nº. 218/1997, expedida pelo Conselho Nacional de Saúde que reconhece a Educação Física no rol das profissões da saúde e a própria exigência da LDB no que tange a obrigatoriedade da Educação Física escolar.

Nessa linha de compreensão, o CONFEF assume que a atividade física e o esporte ao se revelarem práticas inseridas nos mais diferentes contextos da sociedade, ou seja, nas perspectivas da educação, da saúde, do rendimento e do lazer, e disponibilizadas à população nas mais diferentes formas e manifestações, (jogos, brincadeiras, ginástica, exercício físico, esporte, dança, lutas) exigem dos responsáveis pela condução dessas atividades formação superior específica, calcada em conhecimentos técnico-científicos, didático-pedagógicos e ético-profissionais.

3.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO Nº 9.394 DE 26 DEZEMBRO DE 1996

A referida Lei, em essência, reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988 e estabelece as normas de funcionamento para todo sistema

Recomendações Para a Educação Física Escolar

escolar brasileiro, dividindo-o em dois níveis: a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Ensino Superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, aprovada em 17 de dezembro de 1996, trouxe novidades para a Educação Física, que em sentido estrito, deixava de ser considerada disciplina e passava a ser um componente curricular, porém, sem a condição de obrigatoriedade, conforme disposto em seu artigo 26, Parágrafo 3º, "A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, sendo facultativa nos cursos noturnos".

Surge então um novo cenário para a Educação Física, assim como ocorreu para todas as demais disciplinas do currículo escolar, a concepção de componente curricular. De certa maneira, essa mudança apontou para avanços, pelo menos na perspectiva de superação sob a condição que se apresentava anteriormente, tratada como mera atividade (DECRETO 69.450/1971). Por outro lado, A LDB aprovava a facultatividade da Educação Física nos cursos noturnos, além de apresentar lacuna quanto ao cumprimento de sua existência no currículo escolar.

Em 2001, com a promulgação da Lei Nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001, a palavra, "obrigatório", foi inserida no parágrafo 3º, do artigo 26, da LDB, restabelecendo à orientação quanto a sua presença no currículo escolar. "A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório na Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos".

Ainda em relação à condição da obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica, em 2003, a Lei Nº. 10.793 de 01 de dezembro estendeu a oferta desse componente curricular, para todos os turnos de estudos, possibilitando apenas ao aluno a facultatividade de sua prática. Conforme expresso em seu parágrafo terceiro:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO); VI – que tenha prole.

Se por um lado essa Lei ampliou a condição da Educação Física proporcionando direitos da sua prática a todos os alunos indiscriminadamente, por outro, ao dispor sobre a facultatividade reforça o pressuposto exclusivamente biológico que deram sustentação ao seu não oferecimento no ensino noturno no passado.

Além dos aspectos acima mencionados, um ponto que merece maior apreciação nesta Lei, refere-se ao ordenamento que define a estruturação curricular de cada

unidade escolar – a Proposta Pedagógica. Nesse sentido, destaca-se como elemento inovador, a liberdade e autonomia legadas às escolas para a construção de seus próprios currículos, elencando aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento.

De alguma maneira essa condição tem apontado para a importância da busca pela valorização do espaço da Educação Física, uma vez que a sua consolidação como um componente curricular, passa pela demanda que a sociedade apresenta, bem como pelo comprometimento que cada profissional assume em seu projeto de educação.

3.3 LICENCIATURAS: RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE/CP Nº. 1/2002 E 2/2002

Os documentos legais que amparam o processo de estruturação dos cursos de licenciaturas no país foram consubstanciados no Parecer CNE/CP Nº. 09/2001 e na Resolução Nº. 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, além da Resolução CNE/CP Nº. 2/2002, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.

Esse novo formato das licenciaturas definido pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação - CNE foi pensado para as licenciaturas de todas as áreas do conhecimento. De certa maneira, essa decisão suscitou leituras diferenciadas, consensuais ou polêmicas, em face à política de valorização e qualificação necessária ao exercício do magistério da educação básica. Assim, a decisão do CNE pode se apresentar como algo historicamente desejado pelos educadores que, entre outras reivindicações igualmente importantes, almejavam o redimensionamento do papel do professor e a elevação da qualidade das licenciaturas em todo o país.

Tais reivindicações surgem apoiadas em uma nova organização pedagógica que permite aos licenciandos acesso a conhecimentos e competências docentes requeridas para o ensino, sem esquecer ou descuidar dos conhecimentos específicos da licenciatura de cada área, oportunizando, ainda, a síntese entre a necessidade de elevação do padrão de qualidade do conhecimento específico de uma determinada área do saber e a formação pedagógica, conjugadas com uma sólida formação humana e cultural.

O redimensionamento das licenciaturas implica também no desenvolvimento de componentes curriculares de formação pedagógica, de saberes pedagógicos e metodologias específicas, além da pesquisa da prática pedagógica. Tudo isso exige um conjunto de saberes, competências e atitudes que articulem todas as dimensões da formação profissional e da intervenção no campo da Educação Básica (GT CONFEF, E.F., 2005).

Recomendações Para a Educação Física Escolar

Nessa linha de pensamento são evidentes as referências contidas na Resolução CNE/CES Nº. 7/2004 no que tange aos preceitos da área alusiva a Educação Física.

“...Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, à ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução”.

Segundo TOJAL (2003), a formação profissional não pode prescindir dos conhecimentos específicos visando à sustentação de uma formação adequada para a intervenção nessa área.

Reforçando esse entendimento, o Profissional de Educação Física Licenciado, calçado nos dispositivos legais que embasam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, torna-se indispensável a necessidade de serem assumidos os conhecimentos específicos da área para a intervenção na docência do componente curricular Educação Física, no âmbito da Educação Básica.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação, direito de todos e obrigação da Família e do Estado está prevista na Constituição Federal entre os principais direitos sociais. A destinação de recursos públicos para investimentos na educação básica é proveniente de pelo menos duas relevantes fontes de financiamento, com abrangência na Educação Básica.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, criado pela Lei Nº. 5537 de 21 de novembro de 1968 tem caráter executivo por meio de transferências diretas (FUNDEB, Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, entre outras) e voluntárias (Programa Caminho da Escola, Plano de Ações Articuladas - PAR, entre outras), além da execução direta a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático. Constitui-se em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, cuja finalidade é o cumprimento das políticas públicas educacionais.

Os recursos que compõem o FNDE provêm dos impostos das loterias; Salário-Educação; Tesouro Nacional; acordos internacionais; aplicação no mercado financeiro e impugnação de despesas irregulares.

Como forma de garantir a execução efetiva dos projetos educacionais por meio da transferência de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, o FNDE passou a utilizar o termo de compromisso para executar as ações do Plano de Ações Articuladas – PAR, com base nas seguintes dimensões: Gestão Educacional; Formação de Profissionais de Educação; Práticas Pedagógicas e Avaliação; Infraestrutura e Recursos Pedagógicos que demandam critérios técnicos pré-estabelecidos.

O PAR pode conter ações municipais e estaduais que possibilitam a captação destes recursos para que os gestores públicos possam investir na Educação Física Escolar, bem como outras áreas educacionais de fundamental importância para a Educação. Os gestores de escolas públicas também têm como aliado o PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, no qual são permitidas ações financiáveis que oportunizarão a compra de materiais diversos melhorando a qualidade das aulas.

Entre as ações financiadas pelo FNDE está o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 – Educação, que prevê a construção de unidades de educação infantil – Proinfância, bem como a construção e cobertura de quadras escolares.

Essas ações estão previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, lançado em conjunto com o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, por meio do Decreto Nº. 6094 de 24 de abril de 2007, estruturado em cinco eixos principais: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional, Alfabetização e Diversidade, cujo objetivo é a melhoria da qualidade da educação e a redução de desigualdades relativas às oportunidades educacionais: “o direito de aprender”.

Outra importante fonte de financiamento é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado em 2006 para atender toda a Educação Básica, pela Emenda Constitucional Nº. 53/2006 e regulamentado pela Lei Nº. 11.494 de 20 de junho de 2007 e Decreto Nº. 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF. Surgiu com a proposta de redistribuir de forma mais justa e equitativa os recursos vinculados à Educação no País, ampliando o leque de investimentos. Com essa nova proposta o FUNDEB passou a atender além do Ensino Fundamental, a Educação Infantil e o Ensino Médio, bem como os Programas de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Em resumo, o detalhamento do FUNDEB ocorre de modo que:

Da receita de impostos (os próprios e os compartilhados na forma de transferências constitucionais) desses entes federados, uma parte (vinculação de vinte e cinco por cento, no mínimo) deve ser destinada para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Do total

Recomendações Para a Educação Física Escolar

resultante dessa vinculação, com algumas exclusões, parcela correspondente à subvinculação de 20% (80% de 25%) deve ser destinada para a educação básica via FUNDEB. Dessa forma, em cada Unidade Federativa, o Estado e seus Municípios tornam-se os provedores dos recursos que se concentram nesse Fundo, proporcionalmente às respectivas receitas a ele subvinculadas. (SOUZA, 2009).

A aplicação dos recursos financiados pelo FUNDEB deverá ser direcionada às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, tais como: remuneração e respectivos encargos sociais dos profissionais da Educação Básica; qualificação e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, inclusive quadras poliesportivas, entre outros; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas; realização de atividade-meio, necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas, que demonstrem insuficiência de recursos; recursos destinados às escolas sem fins lucrativos; aquisição de material didático e de suporte pedagógico; transporte escolar para os alunos e os trabalhadores da educação; realização de concursos seletivos para provimento inicial na carreira do magistério e em atividades de apoio administrativo vinculadas à Educação Básica; amortização e custeio de operações de crédito destinados investimentos em educação (CARTILHA DO FUNDEB, 2008).

Ainda em relação ao financiamento da Educação brasileira, o tema do reconhecimento profissional, recorrentemente discutido pela sociedade, entrou definitivamente na agenda das políticas públicas educacionais, com a criação da Lei Nº. 11.738, de julho de 2008, que instituiu o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, tendo como parâmetro uma carga horária de 40 horas semanais. A referida Lei também estabelece que o piso seja atualizado anualmente no mês de janeiro, a partir de 2009.

A temática do financiamento público também foi discutida amplamente nas três Conferências do Esporte (2004, 2006 e 2010). Na última edição foi proposta a formulação do Plano Decenal de Esporte e Lazer, que entre outros assuntos relevantes, abordou os legados para a Educação Física Brasileira numa visão intersetorial, debatendo a qualificação da Educação Física nas escolas do ponto de vista das condições necessárias para otimização das aulas, que deve ser objeto dos investimentos nas esferas federal, estadual e municipal:

a) aquisição de material esportivo, implementos paradesportivos e cadeiras de rodas paradesportivas; b) construção, restauração, manutenção, ampliação e conclusão de infraestrutura necessária à educação física, ao esporte educacional e ao lazer, nas escolas e em espaços municipais urbanos e rurais com a consulta ao Profissional de Educação Física; c) assegurar transporte para alunas e alunos de zonas rurais e periféricas; d) aproveitamento de espaços físicos já existentes nos municípios e estados, com parcerias públicas e privadas que

promovam a ampliação da oferta da prática esportiva para alunas e alunos das escolas públicas e comunidade em geral no país com a consulta ao Profissional de Educação Física; e) práticas didático-pedagógicas em educação física/esporte para desenvolver o conhecimento no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, do esporte formal e não-formal; f) criação de fundos e incentivos fiscais orientados, principalmente àqueles que desenvolvem programas e projetos sociais e ações interdisciplinares, integradas com outros setores sociais, voltadas para o Esporte Educacional. (CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, 2010).

Ao professor de Educação Física cabe a importante tarefa de compreender a complexa teia de informações acerca do financiamento público da Educação brasileira e, especificamente, do município onde atua, para participar ativamente nas decisões que interferem na sua área de atuação e, desta forma, conquistar melhores condições de trabalho.

CAPÍTULO IV

RECOMENDAÇÕES GERAIS

As recomendações presentes neste capítulo partem dos pressupostos definidos no Documento de Intervenção Profissional de Educação Física – CONFEF (2002), nomeadamente em seu capítulo III - Responsabilidade Social no Exercício Profissional, que preconiza a intervenção profissional como a aplicação dos conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos, sobre a atividade física, com responsabilidade ética e o capítulo IV - Capacitação Profissional, sobre a qualidade e a ética profissional nas intervenções que, entre outras recomendações afirma que o Profissional de Educação Física deverá estar capacitado para compreender, analisar, estudar, pesquisar (profissional e academicamente), esclarecer, transmitir e aplicar os conhecimentos biopsicossociais e pedagógicos da atividade física e esportiva nas suas diversas manifestações, levando em conta o contexto histórico-cultural.

4.1 RECOMENDAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DOCENTE

A docência, como intervenção profissional no âmbito da Educação Física, exige conhecimentos aprofundados e competências específicas. Estes, adquiridos e aperfeiçoados por estudos rigorosos e continuados, com responsabilidade social e ética, visando à Educação para a cidadania, a disseminação de valores e bem-estar, ou seja, a formação integral dos alunos. Nesse contexto, as relações didático-pedagógicas e técnico-administrativas do cotidiano escolar se configuram como atribuições do trabalho docente na perspectiva de apresentarem respostas às demandas das mais variadas ordens no ambiente escolar.

Ao definir a intervenção profissional por meio da Resolução Nº. 046 de 2002, o Conselho Federal de Educação Física apresenta, em relação à docência, as seguintes atribuições: identificar, planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, desenvolver, avaliar e lecionar os conteúdos do componente curricular Educação Física, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Médio e Superior e ainda no campo das disciplinas de formação técnico-profissional no Ensino Superior, objetivando a formação profissional.

Não obstante essas caracterizações percebe-se que na rotina escolar existem outras responsabilidades incorporadas à atividade laboral. Neste sentido, RECOMENDA-SE:

- QUE a Educação Física seja entendida como direito fundamental dos alunos;
- QUE a Educação Física deve constituir-se numa responsabilidade exclusiva de profissionais com formação inicial e continuada, na área específica, para manter a qualidade das aulas na escola;

Recomendações Para a Educação Física Escolar

- QUE o Professor de Educação Física participe ativamente na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, do planejamento anual e do programa de conteúdos, zelando pelo seu cumprimento;
- QUE o Professor de Educação Física participe das reuniões de avaliação das ações discentes, analisando, discutindo, apresentando registros e propondo medidas de mudanças pedagógicas;
- QUE o Professor de Educação Física proponha estratégias pedagógicas que favoreçam a interação aluno-aluno e aluno-professor, no contexto escolar;
- QUE o Professor de Educação Física promova atividades que envolvam a comunidade;
- QUE o Professor de Educação Física mantenha articulação permanente com a equipe técnico-pedagógica e administrativa da escola;
- QUE o Professor de Educação Física seja o difusor de políticas que promovam a prática da atividade física como elemento fundamental à promoção da saúde e da qualidade de vida;
- QUE o Professor de Educação Física interaja com os alunos com necessidades educativas especiais, atendendo-os com disponibilidade e dedicação, de forma a enriquecer o processo educacional;
- QUE o Professor de Educação Física desenvolva projetos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares focando os temas transversais;
- QUE o Professor de Educação Física promova o uso adequado dos materiais e equipamentos específicos, inclusive os recursos tecnológicos, para qualificação das atividades didático-pedagógicas;
- QUE o Professor de Educação Física respeite a natureza biológica de individualidade, do crescimento e do desenvolvimento dos alunos;
- QUE o Professor de Educação Física propicie vivências e experiências de solidariedade, cooperação, competição e superação;
- QUE o Professor de Educação Física oriente sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural, escolar e do meio ambiente;
- QUE o Professor de Educação Física promova a formação de uma cultura esportiva e de lazer, valorizando as especificidades locais;
- QUE a Educação Física escolar seja ministrada num ambiente de alegria em que as práticas corporais e esportivas sejam prazerosas, incentivando a cultura da paz e a cidadania.

Com relação às atividades a serem desenvolvidas no cumprimento de suas atribuições, os professores de Educação Física devem ainda cumprir todas as atividades descritas na Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, naquilo que diz respeito às especificidades da intervenção docente: CBO 2313-15 e 2321-20.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA A APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O aspecto mais importante em relação à aplicação do programa de aulas de Educação Física na escola é sua integração à proposta pedagógica da unidade escolar. Para Guedes e Guedes (2001) os programas de Educação Física escolar têm procurado desenvolver conteúdos que possam levar os alunos a se tornarem ativos fisicamente no presente e ao longo de toda a vida. Essa afirmativa corrobora com o que tem sido referenciado neste documento como objetivo da Educação Física, desde que, considerados os aspectos relacionados à formação cidadã por meio de princípios e valores humanos que são a base da educação formal.

Para que os alunos possam usufruir dos benefícios da Educação Física, faz-se necessária a exigência de uma definição da proposta curricular, que assuma uma perspectiva de desenvolvimento, que os conteúdos sejam aplicados em progressão e grau de complexidade compatível aos parâmetros de desenvolvimento psicomotor dos alunos em cada ano de ensino, respeitando as características regionais e propiciando o alcance das expectativas/direitos de aprendizagem.

Para que este processo se efetive e esteja definitivamente consolidado na cultura escolar, além da formação contínua dos professores, são necessárias condições salariais, físicas, materiais, e pedagógicas para que a Educação Física cumpra o desejável padrão de exigência para a formação dos alunos. Desse modo RECOMENDA-SE:

- QUE a organização dos programas de conteúdos seja prioritária nas escolas para o pleno desenvolvimento do componente curricular Educação Física;
- QUE cada professor assuma o programa de conteúdo como um elemento indicador e orientador, capaz de qualificar o ensino da Educação Física;
- QUE os gestores escolares responsáveis pelo acompanhamento pedagógico verifiquem a aplicação dos conteúdos da Educação Física com o mesmo grau de exigência dos outros componentes curriculares;
- QUE os programas de conteúdos contemplem objetivos e metas para cada série, ano ou ciclo de ensino;
- QUE as decisões dos professores para a escolha e aplicação pedagógica de ensino, leve em consideração, obrigatoriamente, os níveis de desenvolvimento dos alunos, para a seleção e organização dos processos formativos, proporcionando o aperfeiçoamento contínuo de competências e habilidades;
- QUE os conhecimentos advindos da formação do professor sejam utilizados para a concepção e aplicação com base científica dos programas de conteúdos por este desenvolvido;

Recomendações Para a Educação Física Escolar

- QUE os programas de conteúdos sejam analisados pelos professores como uma proposta para a organização de suas aulas e não seja motivo de inibição da sua capacidade criativa, tampouco, de sua deliberação pedagógica para a escolha, a organização e a aplicação dos conteúdos;
- QUE por ocasião da periodização dos objetivos e metas em cada ano de ensino, seja verificado o acréscimo nos níveis de exigência e objetivos mais complexos a cada ano posterior, levando-se em consideração a necessidade de diagnóstico e da avaliação formativa para a tomada de decisão.

Desse modo reafirmamos que na aplicação dos programas de conteúdos para a Educação Física na escola, seja garantido o oferecimento de atividades físicas e esportivas em metodologias que motivem a participação dos alunos, sendo qualitativamente adequada e em quantidade suficiente, indicada pelo tempo de prática nas situações de aprendizagem. Assim, esperamos que as atividades promovam a autonomia pelo exercício das responsabilidades e resolução de problemas assumidos pelos alunos e elevação da qualidade do seu empenho e dos efeitos positivos das atividades.

4.3 RECOMENDAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE CONHECIMENTOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A QUALIDADE DAS AULAS MINISTRADAS

O profissional de Educação Física, para atuar na escola, deve ser obrigatoriamente licenciado na área específica. Deve também ter ciência de que somente a formação inicial não garante a qualidade de sua atuação. É preciso absorver um conjunto amplo de conhecimentos, aliado a atitude e criatividade para proporcionar o leque de atuação adequado à realidade escolar. É, portanto, fundamental ter sólida base teórica e prática. Para tanto, RECOMENDA-SE:

- QUE o Professor de Educação Física seja permanente pesquisador de novos conhecimentos e técnicas para o aperfeiçoamento contínuo de sua prática pedagógica, interagindo com outras áreas do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar;
- QUE o Professor de Educação Física seja gestor capaz de formular um planejamento consistente de acordo com as diretrizes estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola;
- QUE o Professor de Educação Física utilize metodologias que possibilite melhor aproveitamento do tempo efetivo das aulas;
- QUE o Professor de Educação Física desenvolva um processo educativo de qualidade, proporcionando aos alunos o aprendizado não somente do movimento ou gesto esportivo, mas também dos aspectos sociais e cognitivos, que contribuam para a qualidade de vida;

- QUE o conjunto de conhecimentos do professor de Educação Física favoreça a utilização de métodos adequados, que atendam as intenções educativas da escola por meio da experimentação prática, da vivência cognitiva e motora dos alunos;
- QUE o Professor de Educação Física reconheça e assegure o pleno direito à formação do aluno, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, compreendendo a relação entre a capacidade cognitiva e a experimentação motora, influenciando positivamente em todo processo de ensino-aprendizagem;
- QUE é preciso considerar que na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a experimentação motora proporciona maturidade cognitiva;
- QUE o aluno deve ser compreendido na sua totalidade como um ser complexo;
- QUE é preciso formar cidadãos amplamente conscientes sobre a importância do exercício físico orientado, por toda sua vida;
- QUE é preciso estimular o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, a criatividade, e a afetividade, apresentando estratégias à formação de seres capazes de conviver com o incerto e o imprevisível, suportar a inquietação, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo.

Diante do exposto, o Profissional de Educação Física e o conjunto de conhecimentos que adquire ao longo de sua carreira deve proporcionar a verdadeira qualidade nas aulas ministradas como preconizado na Carta de Madri (1991) e reafirmado no Manifesto Mundial da Educação Física (2000) pelo Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino: “Não existe Educação sem Educação Física”.

4.4 RECOMENDAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA

A escola, que tem como missão primordial desenvolver processos de ensino-aprendizagem, desempenha papel fundamental na formação e atuação dos alunos em todas as áreas da vida social. Juntamente com outros espaços sociais, ela cumpre papel decisivo na formação dos alunos, na percepção e construção da cidadania e no acesso às políticas públicas. Desse modo, pode tornar-se locus para ações de promoção da saúde para crianças, adolescentes, jovens e adultos (DEMARZO; AQUILANTE, 2008).

Na escola o trabalho de promoção da saúde com os alunos potencializa o desenvolvimento da capacidade de interpretar o seu cotidiano, bem como, atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da sua qualidade de vida. Para a concretização desse processo insere-se a busca da autonomia, que fundamenta a educação, capaz de gerar competências para o exercício pleno da cidadania.

Recomendações Para a Educação Física Escolar

O ambiente escolar é um dos cenários propícios à promoção da saúde, uma vez que os alunos já trazem consigo uma bagagem de experiências e hábitos que, a partir da intervenção profissional, pode melhorar o estilo de vida desses indivíduos pelo viés da Educação Integral.

Nesse sentido, a Educação Física é uma grande aliada ao desenvolvimento de ações coordenadas com foco na conquista de um estilo de vida ativo e saudável.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 196, afirma que é direito de todos e dever do Estado, garantir políticas sociais e econômicas voltadas à saúde, bem como, o acesso universal, integral e igualitário da população aos serviços de saúde.

CONSIDERANDO que saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença (OMS, 1946).

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Saúde por meio da Resolução 218/1997 reiterada pela Resolução 287/1998 incluiu a Educação Física no rol das profissões da saúde enquanto área de conhecimento específico para a promoção, prevenção e reabilitação da saúde.

CONSIDERANDO a Lei Nº. 12.864, de 24 de setembro de 2013 que altera o caput do art. 3º da Lei Nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. Para tanto, RECOMENDA-SE:

- QUE a Promoção e a Educação em Saúde alinhada a política nacional do SUS, cumpra sua intenção final, de que a população brasileira acesse as ações e serviços de saúde com base na universalidade, integralidade e equidade, observando que “todos” são iguais e devem possuir o mesmo direito de acesso;
- QUE o princípio da diversidade (necessidade de escolher múltiplos conteúdos) e o princípio da inclusão (Incluir todos os alunos em todas as atividades da Educação Física) sejam observados;
- QUE a escola, apoiada pela família e pelas políticas públicas, deve ser um dos primeiros contatos dos alunos com a compreensão de saúde, fornecendo elementos que as capacite para uma vida saudável;
- QUE a educação para a saúde seja tratada como tema transversal, permeando todas as áreas que compõem o currículo escolar (PCN, 1998);
- QUE o currículo atenda às diretrizes da Educação para a Saúde e ser aplicado em toda educação básica como um objetivo da Educação Física escolar, considerando o aumento do grau de complexidade de acordo com a idade dos alunos, de forma sequencial, ampla e diversificada;

- QUE o currículo contemple os temas atividade física e saúde, englobando benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais, componentes da aptidão física relacionadas à saúde, à prevenção de lesões, aos primeiros socorros básicos, ao sedentarismo, à identificação de doenças, à higiene e qualidade de vida;
- QUE a Educação Física escolar priorize a formação educacional como elemento principal de saúde no campo coletivo e/ou individual, a qual compreende fatores sociais, culturais, econômicos e históricos como pré-requisitos;
- QUE o Professor de Educação Física escolar compreenda a saúde não apenas como sinônimo de práticas de exercícios corporais, mas como um posicionamento crítico e ético a fim de ampliar horizontes e adquirir outros saberes;
- QUE o Professor de Educação Física escolar estimule a participação dos alunos em aulas de campo, palestras, reuniões, oficinas, meios virtuais ou pesquisas, incentivando a prática fora do horário de aula numa perspectiva de favorecer hábitos e conhecimentos sobre a saúde;
- QUE a Educação Física escolar explore a temática do movimento humano e proporcione conhecimento aos alunos referente à manutenção e aquisição de saúde e não apenas um método para combater o sedentarismo e a obesidade, mas a produção do cuidado para com a vida em sua expressão corporal;
- QUE a Educação Física escolar sistematize a aprendizagem dos conteúdos relacionados à saúde e qualidade de vida, incorporando hábitos e práticas de atividades físicas para toda a vida;
- QUE a Educação Física escolar estimule a cultura do movimento a qual busca a aprendizagem pela expressão corporal, como linguagem, respeitando a história dos alunos e a valorização da vida humana;
- QUE a Educação Física escolar inclua em seu conteúdo temas de alimentação saudável e seus benefícios.

4.5 RECOMENDAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INCLUSIVA

Para abordar a Educação Física escolar inclusiva é preciso, primeiro, reconhecer que todos os alunos podem aprender, e que todas as diferenças podem ser compreendidas.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva e visual), com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, entre outros desde a Educação Infantil até à Educação Superior.

É preciso também considerar que os profissionais precisam ser capacitados para atuar com todas as especificidades. Vale inferir que as universidades precisam in-

Recomendações Para a Educação Física Escolar

cluir em suas matrizes curriculares disciplinas que contemplem o processo de inclusão.

A Educação Física Inclusiva, como toda e qualquer atividade que leva em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicia aos mesmos, efetiva participação nas diversas atividades físicas e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento de suas competências. Para tanto, RECOMENDA-SE:

- QUE a Educação Física atenda a todos os alunos, respeitando suas diferenças e estimulando-os ao maior conhecimento de si e de suas potencialidades, num exercício de ética e cidadania;
- QUE o trabalho em grupo promova a valorização e a interação entre os alunos e professores como elemento motivador à interação social, pessoal e intelectual;
- QUE a Educação Física seja a área do conhecimento que proporcione aos alunos diversas experiências de movimento, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde;
- QUE o Professor de Educação Física tenha a devida consciência de que os conteúdos não sejam seletivos, privilegiando os “talentosos” em detrimento do grupo;
- QUE o Professor de Educação Física adote uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busque o desenvolvimento da autonomia, cooperação, participação social e afirmação de valores e princípios éticos e democráticos;
- QUE o Professor de Educação Física garanta a todos a possibilidade de usufruir das atividades que contemplem jogo, brincadeira, esporte, dança, luta e ginástica, independente da condição de gênero, etnia, religião, orientação sexual e característica física, permitindo dessa forma, o aprendizado da convivência com a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos fundamentos apresentados, o CONFEF recomenda que a Educação Física escolar seja ministrada por Professor licenciado em Educação Física, em todos os níveis, ciclos, séries e/ou anos da Educação Básica, de forma competente e ética, de modo a garantir sua integração ao Projeto Político Pedagógico da escola.

Por outro lado, é necessário o compromisso dos gestores públicos em assegurar as condições materiais para a criação, ampliação e manutenção de espaços específicos para o pleno desenvolvimento da Educação Física escolar por meio da implementação de políticas públicas comprometidas efetivamente com a educação de qualidade.

Por outro lado, é necessário o compromisso dos gestores públicos em assegurar que a Educação Física se materialize no ambiente escolar, agindo não só, no sentido de viabilizar os espaços e a aquisição de equipamentos para a sua prática, mas, sobretudo, acompanhando, compreendendo e estimulando sua aplicação no processo de formação e desenvolvimento dos alunos.

Como componente curricular específico na abordagem do movimento humano, a valorização de conteúdos de ensino tais como: ginástica, dança, jogos, brincadeiras, lutas, esportes, atividades rítmicas e expressivas e conhecimentos sobre o corpo, são vetores de estímulo à criatividade, inter-relação social, cooperação, ludicidade, além do seu caráter formativo a um estilo de vida ativo e saudável. No aspecto sociocultural a Educação Física compartilha conhecimentos específicos e gerais, além de promover a vivência e construção de valores como: respeito, cooperação, paz, ética, disciplina, responsabilidade, tolerância, liderança e convivência.

Por fim, é mister consolidar a Educação Física como componente curricular obrigatório em condições que efetivamente possa se materializar o produto do conhecimento da área, reconhecendo o direito dos alunos de serem atendidos com qualidade por profissional devidamente habilitado e em conformidade aos preceitos constitucionais e da Lei 9.696 de 01 de setembro de 1998 que regulamenta a profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 69.450, de 01 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências.

_____. Lei Nº. 5537 de 21 de novembro de 1968. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDESP), e dá outras providências. 1968.

_____. Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, 1969.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução 03/1987. Brasília, 1987.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, volume 7. 1997.

_____. Resolução Nº 218, de 06 de março de 1997, do Conselho Nacional de Saúde. Homologação da Resolução n.º 218, de 06 de março de 1997, nos termos de Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991. Reconhece como profissionais de saúde de nível superior os profissionais de educação física. Brasília, 1997.

_____. Resolução Nº 287 de 08 de outubro de 1998. Relaciona as categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação do Conselho. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/SEF. 1998.

_____. Lei Nº 9.696, de 01 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, 1998.

_____. Lei Nº 10.328 de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular”, constante do § 3o do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 09/2001. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 138/2002. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Resolução CNE/CP 2/2002. Brasília, 2002.

Recomendações Para a Educação Física Escolar

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2002. Brasília, 2002.

_____. Resolução nº 046 de 12 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Brasília, 2002.

_____. Lei Nº. 10793 de 01 de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Ministério dos Esportes. I Conferência Nacional do Esporte - Documento Final, Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 7/2004. Brasília, 2004.

_____. Emenda Constitucional Nº. 53 de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos artigos 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2006, Brasília, 2006.

_____. Ministério dos Esportes. II Conferência Nacional do Esporte - Documento Final, Brasília, 2006.

_____. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte: Preâmbulo. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.portal.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

_____. Decreto Nº. 6094 de 24 de abril de 2007. Implanta o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007.

_____. Decreto Nº. 6.253 de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília, 2007.

_____. Lei Nº. 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Brasília, 2007.

_____. CARTILHA do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, 2008.

_____. Lei Nº 11.738, de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008.

_____. Câmara dos Deputados Federais / Comissão de Turismo e Esporte. Diretrizes para Ações e Políticas para Educação Física e Esporte Escolar, 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 4/2009. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. CGOC/DESUP/SESu/MEC. Nota Técnica 003/2010. Brasília, 2010.

_____. Ministério dos Esportes. III Conferência Nacional do Esporte – Documento Final, Brasília, 2010.

_____. Resolução CNE/CEB, n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. Lei Nº. 12.864, de 24 de setembro de 2013. Altera o caput do art. 3º da Lei Nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CONFEF. Carta Brasileira de Educação Física, 2000.

BATISTELLA, Pedro Antônio. Estudo de parâmetros motores em escolares com idade de 6 a 10 anos da Cidade de Cruz Alta - RS (Pós -Graduação em Ciências do Movimento Humano) - Centro de Educação Física, Fisioterapia e Desportos, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BIDDLE, S.J.H. (2000). Emotion, mood and physical activity. In S.J.H. Biddle, K.R. Fox, & S.H. Boutcher (Eds.), *Physical activity and psychological well-being* (pp. 63-87). London: Routledge.

CARLSON, S. A., FULTON, J. E., LEE, S. M., MAYNARD, L. M., BROWN, D. R., KOHL, H. W., 3rd, & Dietz, W. H. Physical education and academic achievement in elementary school: data from the early childhood longitudinal study. *American Journal of Public Health*, 98, 721-727, 2008.

CASTELLI, D. M., HILLMAN, C. H., BUCK, S. M., & ERWIN, H. E. Physical fitness and academic achievement in third- and fifth-grade students. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 29, 239-252, 2007.

CHADDOCK, L., ERICKSON, K. I., PRAKASH, R. S., VOSS, M. W., VANPATTER, M., Pontifex, M. B., HILLMAN, C. H., & KRAMER, A. F. A functional MRI investigation of the association between childhood aerobic fitness and neurocognitive control. *Biological Psychology*, 89, 260-268, 2012a.

CHADDOCK, L., ERICKSON, K.I., PRAKASH, R.S., KIM, J.S., VOSS M.W., VANPATTER, M., PONTIFEX M.B., RAINE, L.B., KONKEL, A., HILLMAN, C.H., COHEN, & KRAMER, A.F. A neuroimaging investigation of the association between aerobic fitness, hippocampal volume, and memory performance in preadolescent children. *Brain Res.*, 1358, 172-183. Retrieved April 24, 2012.

CHADDOCK, L., HILLMAN, C. H., PONTIFEX, M. B., JOHNSON, C. R., RAINE, L. B., & KRAMER, A. F. Childhood aerobic fitness predicts cognitive performance one year later. *Journal of Sports Sciences*, 30, 421-430, 2012b.

COMISSÃO EUROPEIA/EACEA/EURYDICE. A Educação Física e o Desporto nas Escolas na Europa. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2013.

COOPER INSTITUTE. Fitnessgram/Activitygram: Test administration manual. Campaign: Human Kinetics. 2007.

Recomendações Para a Educação Física Escolar

CORBIN, C. Physical Education as an agent of change. *Quest*, 54, 182-195, 2002.

COSTA, A. M.; BITTAR, A. F. Metodologia aplicada ao deficiente físico. In Curso de Capacitação de Professores Multiplicadores em Educação Física Adaptada. Brasília: MEC; SEEP, p. 83-100, 2004.

CRUM, B. A critical review of competing PE concepts. In J. Mester (Ed.), *Sport Sciences in Europe 1993. Current and future perspectives* (pp. 516-533). Aachen: Meyer & Meyer Verlag, 1994.

DEMARZO, M. M. P.; AQUILANTE, A. G. Saúde escolar e escolas promotoras de saúde. In: PROGRAMA de Atualização em Medicina de Família e Comunidade. Porto Alegre, RS: Artmed: Pan-Americana, 2008. v. 3, p. 49-76.

EUROPEAN COMMISSION / EACEA. *Physical Education And Sport At School In Europe. Eurydice Report*, 2013.

EUROPEAN PHYSICAL EDUCATION ASSOCIATION – EUPEA. Declaração de Madri 1991 – No Education Without Physical Education - alterada em Bruxelas 2011.

EVELAND-SAYERS, B. M., FARLEY, R. S., FULLER, D. K., MORGAN, D. W., & CAPUTO, J. L. Physical fitness and academic achievement in elementary school children. *Journal of Physical Activity & Health*, 6, 99-104, 2009.

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. *Criança e Atividade Física*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FIEP. Carta de Educação Física Escolar aprovada pelo Fórum de Educação Física Escolar e 22º Congresso Internacional de Educação Física – Foz do Iguaçu, 2007.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FIEP. Manifesto Mundial da Educação Física, 2000.

FÓRUM DO COMITÊ REGIONAL NORTE-AMERICANO (NARFC) Associação Canadense para a Saúde, Educação Física, Recreação e Dança (CAHPERD) e Aliança Americana para a Saúde, Educação Física, Recreação e Dança (AAHPERD). Documento “Uma Visão Global para a Educação Física na Escola”, apresentado no Fórum Mundial sobre Atividade Física e Esporte (1995).

GALLAHUE, David L. OZMUN, John C. *Compreendendo o Desenvolvimento Motor*, Nadine J. Kann, 2005.

GRUBER, J.J. Physical activity and self-esteem development in children. In G.A. Stull & H.M. Eckert (Eds.), *Effects of physical activity and self-esteem development in children*. 1986.

GUEDES, D.P. Educação para a saúde mediante programas de educação física escolar. *Revista Motriz*, v. 5, n. 1, junho 1999.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Esforços Físicos nos Programas de Educação Física Escolar. *Rev. paul. Educ. Fis.*, São Paulo, 15 (1): 33-44, jan./jun. 2001.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.P. Sugestões de conteúdo programático para programas de educação física escolar direcionados à promoção da saúde. *Revista da APEF de Londrina*. Londrina. V. IX, n. 16, p. 3-14, 1994.

GUIA DA EDUCAÇÃO EM FAMÍLIA: EDUCAÇÃO FÍSICA. 26 Motivos para fazer Atividades Físicas e Esportes na Escola. Educar para Crescer. São Paulo: Abril, 2013.

HALLAL, P. C., ANDERSEN, L. B., BULL, F. C., GUTHOLD, R., HASKELL, W., & EKELUND, U. Global physical activity levels: surveillance progress, pitfalls, and prospects. *Lancet*, 380, 247-257, 2012.

HILLMAN, C. H., CASTELLI, D. M., & BUCK, S. M. Aerobic fitness and neurocognitive function in healthy preadolescent children. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, 37, 1967-1974, 2005.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR SPORT SCIENCE AND PHYSICAL EDUCATION - ICSSPE - World Summit on Physical Education, Agenda Berlin. 1999.

KREBS, R. Teoria dos Sistemas Ecológicos. Um Paradigma para o Desenvolvimento infantil. Santa Maria (Brasil): Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

LAURINDO, Elisabete; SOUZA, Edeilson de. Esporte e Lazer no contexto itajaiense: passado e presente. Florianópolis: Insular, 2001.

MARQUES, A. Atividade Física. Que quantidade se deve praticar? *Boletim de Sociedade Portuguesa de Educação Física*, 35, 11-19, 2010.

MEDINA J.; RAPP. Tactile Perception Modulated by Body Position. Poster presented at the 13th Annual Meeting of the Cognitive Neuroscience Society, San Francisco, 2006.

MEDINA-PAPST. Avaliação do desenvolvimento motor de crianças com dificuldades de aprendizagem. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano* 12(1):36-42, 2010,

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, Brasília, UNESCO, 2000.

NAHAS, M.V. & CORBIN C.B. Educação para a atividade física e saúde: justificativas e sugestões para implementação nos programas de educação física. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v.6, n.3, 1992.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Departamento de Educação Básica. Caderno de Expectativas de Aprendizagem. 2012.

PHYSICAL LITERACY. Conference 2010. Disponível em: <<http://www.phecanada.ca/programs/physical-literacy>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Educação. Currículo Mínimo Educação Física. 2012.

ROSA NETO, Francisco. Desenvolvimento motor de crianças com indicadores de dificuldades na aprendizagem escolar. *R. Brasileira de Ciência e Movimento*, Taguatinga, DF, v. 15, n. 1, p. 45-51, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para o Ensino Fundamental: ciclo II: Educação Física. 2007.

SILVERMAN, S. (2005). Thinking long term: Physical Education's role in movement and mobility. *Quest*, 57, 138-147.

SLATER, A; TIGGEMANN, M. Gender differences in adolescent sport participation, teasing, self-objectification and body image concerns, *Journal of Adolescence*. 34, 455-463, 2011.

Recomendações Para a Educação Física Escolar

STRONG, W. B., MALINA, R. M., BLIMKIE, C. J., DANIELS, S. R., DISHMAN, R. K., GUTIN, B., HERGENROEDER, A. C., MUST, A., NIXON, P. A., PIVARNIK, J. M., ROWLAND, T., TROST, S., & TRUDEAU, F. Evidence based physical activity for school-age youth. *Journal of Pediatrics*, 146, 732-737, 2005.

TELAMA, R., YANG, X., HIRVENSAALO, M., & RAITAKARI, O. Participation in organized youth sport as a predictor of adult physical activity: a 21-year longitudinal study. *Pediatric Exercise Science*, 17(1), 76-88, 2006.

TELAMA, R., YANG, X., VIIKARI, J., VÄLIMÄKI, I., WANNE, O., & RAITAKARI, O. Physical activity from childhood to adulthood. A 21-year tracking study. *American Journal of Preventive Medicine*, 28(3), 267-273, 2005.

TOJAL, JOÃO B. A. G. Diretrizes Curriculares para o Bacharelado em Educação Física – Novos Rumos – Revista Movimento & Percepção - CREUPI – v. 1. nº. 3, Espírito Santo do Pinhal/SP, 2003.

UNESCO. Reunião de Ministros e Altos Funcionários Encarregados pela Educação Física e os Desportos – MINEPS, Varsóvia, set. 2002.

UNESCO. Reunião de Ministros e Altos Funcionários Encarregados pela Educação Física e os Desportos – III MINEPS, Punta Del Leste, 1999.

USDHHS. Physical activity guidelines for Americans. Washington DC: USDHHS, 2008.

VALENTINI, N. C.; TOIGO, A. M. Ensinando Educação Física nas séries iniciais: desafios e estratégias. 2. ed. Canoas: Salles, 2006.

VALENTINI, N.C. A influência de uma intervenção motora no desempenho motor e na percepção de competência de crianças com atrasos motores. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, v. 16, n. 1, p: 61-75, 2002.

VALENTINI, N.C. The influence of two motor skill interventions on the motor skill performance, perceived physical competence, and intrinsic motivation of kindergarten children. 1997. (Unpublished Master's Thesis) - Auburn University, Auburn.

VALENTINI, N.C.; RUDISILL, M.E.; GOODWAY, J.D. Incorporating a mastery climate into elementary physical education: it s developmentally appropriate. *Journal of Physical Education, Recreation, and Dance*, Reston, v.70, p.28-32, 1999a.

VARGAS, Ângelo (coord.) Desporto e tramas Sociais. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

WHO. (2000). Promoting active living in and through schools. Policy statement and guidelines for action WHO/NMH/NPH/00.4. Esbjerg: WHO.

WHO. (2010). Global recommendations on physical activity for health. Genebra, Suíça: World Health Organization.

Este Documento de Recomendações para a Educação Física Escolar foi apresentado e discutido no Encontro Interativo do Sistema CONFEF/CREF's com a presença das Comissões de Educação Física Escolar dos Conselhos Regionais de Educação Física ocorrido na cidade de Brasília – DF, nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2013 e no VI Fórum de Educação Física Escolar realizado na cidade de Foz do Iguaçu – PR, nos dias 12,13 e 14 de janeiro de 2014.

Participantes GT Educação Física Escolar

I Encontro Interativo do Sistema CONFEF/CREF's

MIRYAM PERAÇA FATTAH BRAUCH - CREF2
LEILA DE ALMEIDA CASTILLO IABEL - CREF2
HERMES TOLEDO PRAXEDES - CREF3
JOSE HERIBERTO DE OLIVEIRA - CREF3
NELSON LEME DA SILVA JUNIOR - CREF4
RODRIGO NUNO PEIRÓ CORREIA - CREF4
SEBASTIÃO GOBBI - CREF4
ABELARDO PETTER SANTOS FILHO - CREF5
FRANCISCO CRISTIANO DA SILVA SOUSA - CREF5
ANISIA SUDARIO DANIEL - CREF6
CELINA SOUSA GONTIGO - CREF6
MARCO TÚLIO MACIEL PINHEIRO - CREF6
EDSON EDUARDO ROGRIGUES DE OLIVEIRA - CREF6
ALEXANDRE FERREIRA BAIENSE - CREF7
KATIA MARIA SILVEIRA E SILVA - CREF7
ALEXANDRE ROMANO - CREF8
KARINA GOMES CERQUINHO - CREF8
ROBERTO FERREIRA NIERO - CREF9
JAIRO CEZAR DE OLIVEIRA - CREF9
MOACIR AVILA DE MATOS JR - CREF9
MARCELO HAGEBOCK GUIMARÃES - CREF9
ZULENEIDE FORMIGA PEREIRA ALENCAR - CREF10
EVÂNDALO EMANOEL DE MACEDO - CREF10
MARIZA DE FATIMA BARROS ARAUJO CAIMAR - CREF11
SUELY MORAIS DE SANTANA - CREF12
MARCOSAURÉLIO MAGALHÃES - CREF12
DENELÍSIO NOBRE LEITE - CREF13
LUCIANO DOS SANTOS BORGES - CREF13
SONIA CINTRA DUARTE ALECRIM - CREF14
SIMONE CINTRA DUARTE AMORIM - CREF14



Sistema CONFEF/CREFs
Conselhos Federal e Regionais de
Educação Física